UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Escola de Direito, Turismo e Museologia
Departamento de Museologia

Rafaela Arouxa Ribeiro

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, LITERATURA INFANTIL E MUSEOLOGIA:
Elaboração do livro infantil “Lendas, Ouro Branco”

Ouro Preto
2026

Rafaela Arouxa Ribeiro

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, LITERATURA INFANTIL E MUSEOLOGIA:
Elaboração do livro infantil “Lendas, Ouro Branco”

Monografia apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, como obtenção do título de Bacharel em Museologia.
Orientador: Profa. Drª Karlla Kamylla Passos
Coorientador: Prof. Dr. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

Ouro Preto
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R484e Ribeiro, Rafaela Arouxa.
Educação patrimonial, literatura infantil e museologia [manuscrito]: elaboração do livro infantil “Lendas, Ouro Branco”. / Rafaela Arouxa Ribeiro. - 2026.
98 f.: il.: color.. + O livro produzido em decorrência da pesquisa consta nos anexos..

Orientadora: Profa. Dra. Karlla Kamylla Passos.
Coorientadora: Profa. Dra. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Museologia - Museologia Social. 2. Tradição oral. 3. Patrimônio cultural. 4. Museologia - Memória coletiva. 5. Literatura infantojuvenil. I. Passos, Karlla Kamylla. II. Santos, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafaela Arouxa Ribeiro

Educação Patrimonial, Literatura Infantil e Museologia: Elaboração do Livro Infantil "Lendas, Ouro Branco"

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Museologia

Aprovada em 28 de julho de 2026

Membros da banca

Doutora - Karlla Kamylla Passos - Orientadora (DEMUL/UFOP)
Doutor. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos (IFMG)
Doutora - Ranielle Menezes de Figueiredo - (DEMUL/UFOP)
Mestre - Larissa Gonçalves Venancio - (DEMUL/UFOP)

Karlla Kamylla Passos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/10/2026.

Documento assinado eletronicamente por **Karlla Kamylla Passos**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/10/2026, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1210329** e o código CRC **208FB8F6**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Ao percorrer os caminhos desta pesquisa, encontrei-me, acima de tudo, com a infinita bondade do Senhor. Foi Sua graça que me sustentou diante dos desafios, fortaleceu meus passos quando o caminho parecia incerto e transformou cada obstáculo em oportunidade de crescimento. Sua misericórdia me acompanhou em cada página escrita e me lembrou, diariamente, que Seus cuidados jamais têm fim.

Com profunda reverência, agradeço aos meus pais, José Lourenço Ribeiro e Edvirgem José Arouxa (em memória), que plantaram em meu coração o amor pelas histórias muito antes de eu compreender seu verdadeiro valor. Foram as lendas narradas na infância, os causos e as memórias compartilhadas sobre Ouro Branco que despertaram em mim a curiosidade, o encantamento e o desejo de preservar nossa cultura. À minha mãe, cuja presença permanece viva em minhas lembranças e em tudo o que me ensinou, dedico um carinho eterno. Aos meus irmãos, agradeço pelo incentivo constante, pelo apoio e por acreditarem em mim mesmo nos momentos em que eu duvidava. Amo vocês.

À minha orientadora, Prof.ª Dra. Kamylla, expresso minha sincera gratidão pela dedicação, pela paciência, pelos ensinamentos e pelas inúmeras orientações, sugestões e correções que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua confiança e seu compromisso com a formação acadêmica contribuíram significativamente para a concretização deste trabalho.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Rodolpho, agradeço pelas valiosas contribuições relacionadas às lendas, pelas leituras criteriosas, sugestões e reflexões que enriqueceram esta pesquisa e ampliaram meu olhar sobre o patrimônio cultural e a memória oral.

À Prof.ª Dra. Denise Giarola Maia, registro meu profundo agradecimento pela cuidadosa revisão textual e pelas importantes contribuições linguísticas, que enriqueceram a narrativa e aprimoraram a qualidade deste trabalho. Sua generosidade e disponibilidade foram essenciais neste processo.

Aos amigos que caminharam ao meu lado, oferecendo palavras de encorajamento, escuta, carinho e amizade sincera, deixo minha mais profunda gratidão. Em especial, à Alicia Cristina Silva, que aceitou embarcar comigo nesta aventura, dividindo sonhos, desafios e conquistas. Sua parceria foi essencial para que este projeto se tornasse realidade.

RESUMO

Esta pesquisa investiga as contribuições da Museologia Social para a valorização da memória oral e do patrimônio cultural imaterial do município de Ouro Branco, Minas Gerais, tendo como produto educacional o livro infantil Lendas, Ouro Branco. Parte-se da compreensão de que as lendas constituem importantes manifestações da memória coletiva e do patrimônio cultural, sendo transmitidas entre gerações por meio da oralidade e responsáveis pelo fortalecimento das identidades e do sentimento de pertencimento das comunidades. O objetivo da pesquisa consiste em analisar as lendas enquanto patrimônio imaterial da cidade de Ouro Branco e a partir dessa pesquisa elaborar um livro infantil que atue como instrumento de educação museal e patrimonial, promovendo a aproximação das crianças com as referências culturais do território. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental acerca da museologia social, patrimônio cultural, memória oral, educação patrimonial, educação museal, literatura infantil e da história do município de Ouro Branco. Paralelamente, realizou-se o levantamento e a seleção de lendas locais, que foram adaptadas à linguagem literária infantil e ilustradas para compor o produto educacional. Os resultados evidenciam que a literatura infantil constitui uma importante estratégia de mediação cultural, favorecendo a preservação da memória oral, a valorização do patrimônio cultural imaterial e a construção de vínculos entre as crianças e sua história local. Conclui-se que o livro infantil apresenta potencial para subsidiar práticas educativas em contextos formais e não formais, fortalecendo ações de educação museal e educação patrimonial comprometidas com a democratização do acesso à cultura, a valorização das identidades locais e a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes da importância da preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Museologia Social. Memória oral. Patrimônio cultural imaterial. Educação Museal. Literatura infantil.

Abstract

This research investigates the contributions of Social Museology to valuing the oral memory and intangible cultural heritage of the municipality of Ouro Branco, Minas Gerais, resulting in the children's book Lendas, Ouro Branco (Legends of Ouro Branco) as an educational product. It is grounded in the understanding that legends constitute significant manifestations of collective memory and cultural heritage; transmitted across generations through oral tradition, they play a key role in strengthening community identities and the sense of belonging. The research aims to analyze these legends as intangible heritage of Ouro Branco and, based on this analysis, to create a children's book serving as a tool for museum and heritage education, thereby fostering a connection between children and the territory's cultural references. To this end, a qualitative approach was adopted, based on bibliographic and documentary research covering social museology, cultural heritage, oral memory, heritage education, museum education, children's literature, and the history of Ouro Branco. Concurrently, local legends were identified and selected; they were then adapted into language suitable for children and illustrated to form the educational product. The results demonstrate that children's literature serves as a vital strategy for cultural mediation, supporting the preservation of oral memory, the valuing of intangible cultural heritage, and the forging of bonds between children and their local history. The study concludes that the children's book has the potential to support educational practices in both formal and non-formal settings, reinforcing museum and heritage education initiatives committed to democratizing access to culture, valuing local identities, and fostering critical, participatory individuals who are aware of the importance of preserving cultural heritage.

Keywords: Social Museology. Oral memory. Intangible cultural heritage. Museum education. Children's literature.

Lista de Figura

Figura 1: Croqui dos personagens 41
Figura 2: Maria 41
Figura 3: João 42
Figura 4: Storyboard 43
Figura 5: ilustração finalizada 44
Figura 6: ilustração pág. 5 44
Figura 7: ilustração pág. 6 44
Figura 8: teste I 45
Figura 9: teste II 45
Figura 10: diagramação 46

Lista de Siglas

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

PDF – Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)

PNEM – Política Nacional de Educação Museal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
1. MUSEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL 13
1.1 Museologia Social 13
1.2 Patrimônio Cultural material e imaterial 15
1.3 Memória, identidade e oralidade 17
1.4 Lendas como patrimônio cultural imaterial 19
1.5 Educação patrimonial e educação museal 21
2. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO CULTURAL 24
2.1 A escola como espaço de apropriação do patrimônio cultural 24
2.2 Escola, território, memória e identidade cultural 25
2.3 Literatura infantil como mediação do patrimônio 27
2.4 Literatura infantil, oralidade e transmissão da memória 30
2.5 Lendas, infância e patrimônio cultural imaterial 32
3. ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL 34
3.1 Levantamento histórico e patrimonial de Ouro Branco 35
3.2 Etapas de produção do livro 37
CONSIDERAÇÕES FINAIS 49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51
ANEXOS 55

INTRODUÇÃO

A Museologia contemporânea tem ampliado seu campo de atuação ao compreender o patrimônio cultural como uma construção social, produzida nas relações entre os sujeitos, suas memórias e os territórios que habitam. Nessa perspectiva, os processos museológicos extrapolam os limites das instituições museais, abrangendo diferentes espaços de preservação, comunicação e valorização do patrimônio cultural. Sendo, a Educação Museal e a Educação Patrimonial importantes estratégias de mediação cultural, possibilitando que diferentes públicos reconheçam, interpretem e atribuam significados às referências culturais de suas comunidades.

Assim, "O que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula" (Chagas; Gouveia, 2014, p.11). Dessa forma, o patrimônio imaterial assume especial relevância por reunir saberes, práticas, celebrações e narrativas transmitidas entre gerações, constituindo importantes elementos da memória coletiva e da identidade cultural. Entre essas manifestações, destacam-se as lendas, narrativas da tradição oral que preservam experiências, valores, crenças e interpretações sobre a história e o cotidiano das comunidades. Mais do que histórias fictícias, essas narrativas representam formas de compreender o mundo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para a preservação da memória social.

O interesse pelo desenvolvimento desta pesquisa surgiu durante a disciplina MUL132 – Museologia e Educação, ministrada pela professora Ana Carolina Motta Rocha Montalvão, no curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. Entre as leituras propostas na disciplina, destacou-se a obra Abracaldabra: uma aventura afetivo-cognitiva na relação museu-educação, de Mattos e Mattos (2010). Ao iniciar um de seus parágrafos com a expressão “Conta a lenda que…” (Mattos; Mattos, 2010, p. 126), a obra despertou uma divagação acerca das lendas ouvidas durante a infância da pesquisadora e das memórias afetivas, e a indagação do que as lendas contavam a respeito do município de Ouro Branco, Minas Gerais.

O município de Ouro Branco está localizado no estado de Minas Gerais, na região central do estado, a aproximadamente 100 km de Belo Horizonte. Situado em uma região marcada por referências históricas e culturais, o município faz divisa com Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Itaverava e Ouro Preto. Sua proximidade com cidades de reconhecida importância para a história e o patrimônio cultural mineiro,

especialmente Ouro Preto e Congonhas, insere Ouro Branco em um território marcado pelos processos históricos de ocupação e exploração mineral ocorridos em Minas Gerais. Nesse contexto regional, Ouro Branco também apresenta patrimônio cultural, constituído por bens materiais, paisagens, práticas culturais, memórias e narrativas transmitidas entre gerações, entre as quais se destacam as lendas que constituem objeto desta pesquisa.

A cidade de Ouro Branco, possui uma tradição de narrativas populares que integram seu patrimônio cultural imaterial. Histórias como a do Monge da Serra da Saudade, da Mãe de Ouro, do Cavaleiro da Rua Santo Antônio, da Fazenda de Carreiras e do Lago Soledade que permanecem vivas na memória, sendo transmitidas oralmente entre diferentes gerações. Embora o município de Ouro Branco possua um expressivo patrimônio cultural material e imaterial, atualmente não dispõe de uma instituição museológica destinada à preservação, pesquisa e comunicação dessas referências culturais.

Diante desse cenário, esta pesquisa iniciou do seguinte problema: de que maneira um livro infantil fundamentado nas lendas de Ouro Branco – Minas Gerais poderia contribuir, na perspectiva da museologia social, da Educação Museal e da Educação Patrimonial, para a valorização da memória oral, do patrimônio cultural imaterial e da identidade cultural?

Portanto, foi definido como o objetivo geral desta pesquisa analisar as lendas enquanto patrimônio imaterial da cidade de Ouro Branco e a partir dessa pesquisa elaborar um livro infantil baseado nas lendas do município de Ouro Branco. Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- discutir as contribuições da Museologia Social, da Educação Museal e da Educação Patrimonial para a preservação do patrimônio cultural;
- registrar as lendas de Ouro Branco por meio da literatura infantil, descrevendo o processo de elaboração do produto educacional desenvolvido;
- investigar a relação entre literatura infantil e mediação cultural

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa desenvolveu-se por meio de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, recorrendo às pesquisas bibliográfica e documental para a construção do referencial teórico e para o levantamento das informações relacionadas à história, à memória e às lendas do município de Ouro Branco. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o levantamento de dados pode ser realizado por meio da pesquisa documental, baseada em fontes

primárias, e da pesquisa bibliográfica, constituída por fontes secundárias já publicadas sobre determinado tema, nesse sentido, foram consultados livros, artigos e trabalhos acadêmicos.

No qual, entendeu-se como justificativa a sua contribuição para os campos da museologia social, da educação museal e patrimonial, ao propor uma estratégia de comunicação do patrimônio cultural voltada ao público infantil. Além disso, o estudo valoriza a memória oral do município de Ouro Branco – Minas Gerais, proporcionando o registro, a preservação e a difusão de narrativas que constituem referências culturais da comunidade.

Quanto à organização, este trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas.

O Capítulo 1, "Museologia, Memória e Patrimônio Cultural", apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa. Inicialmente, discute-se a Museologia Social como eixo estruturante do estudo, evidenciando sua compreensão ampliada do patrimônio cultural e seu compromisso com a valorização das comunidades e de suas memórias. Em seguida, aborda-se o conceito de patrimônio cultural em suas dimensões material e imaterial. Posteriormente, são discutidos os conceitos de memória, identidade e memória oral, destacando seu papel na preservação das referências culturais. Na sequência, analisam-se as lendas como manifestações do patrimônio cultural imaterial e, por fim, apresentam-se os fundamentos da educação patrimonial e museal, enfatizando seus processos de mediação cultural e sua contribuição para a democratização do acesso ao patrimônio.

O Capítulo 2, "A Escola como Espaço de Mediação Cultural", discute o papel da escola na apropriação e valorização do patrimônio cultural. Inicialmente, analisa-se a instituição escolar como espaço de mediação e de construção de vínculos entre os estudantes e as referências culturais de seu território. Em seguida, aborda-se a literatura infantil como instrumento de mediação do patrimônio, evidenciando seu potencial para favorecer a formação leitora, a valorização da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural.

O Capítulo 3, "Elaboração do Produto Educacional", descreve o processo de concepção e desenvolvimento do livro infantil “Lendas, Ouro Branco”, produto desta pesquisa. Nesse capítulo são apresentadas as bases que orientaram a construção da obra, bem como as etapas de sua produção, incluindo a definição da proposta narrativa, a seleção das lendas, a escrita do texto, o desenvolvimento das ilustrações,

a diagramação e a finalização do material, evidenciando sua potencialidade como recurso de mediação cultural e de apoio às práticas de educação patrimonial e museal.

Encerrando com as considerações finais, no qual são retomados os objetivos da pesquisa e apresentados os principais resultados alcançados, destacando as contribuições do estudo para a museologia social, educação patrimonial e a museal, bem como as potencialidades do livro infantil como instrumento de comunicação, valorização e preservação do patrimônio cultural imaterial de Ouro Branco.

1. MUSEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1 Museologia Social

Para compreender a relação entre Museologia, memória e patrimônio cultural, torna-se necessário, inicialmente, apresentar os fundamentos da Museologia enquanto campo científico. Embora historicamente tenha sido associada aos museus e às coleções, a Museologia ampliou seu objeto de estudo ao longo do século XX, passando a compreender os processos de preservação, comunicação e apropriação do patrimônio cultural nas suas múltiplas dimensões. Essa ampliação possibilitou o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas, entre elas a Museologia Social, que desloca o foco dos objetos para as relações estabelecidas entre os sujeitos, suas memórias, seus territórios e suas referências culturais.

Entretanto, torna-se necessário, inicialmente, abordar o conceito de Museologia. De acordo com o Dicionário de Conceitos-Chave do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Museologia é definida da seguinte forma:

> museologia é uma ciência aplicada, a ciência do museu. Ela estuda a história e a razão de ser dos museus, sua estrutura e seu funcionamento, mas compreende também o estudo da relação específica do homem com a realidade, e a expressão desta relação no plano prático através da constituição de coleções, da conservação e da comunicação. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57)

Dentro da definição encontra-se o estudo da relação específica do homem com a realidade, nessa perspectiva Stranský (1980 *apud* Mensch, 1994, p. 12) estrutura a museologia como

> uma abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados, [...] e faz uso deles de uma nova maneira.

Essa compreensão evidencia o processo de atribuição de novos significados aos objetos, que passam a desempenhar funções distintas daquelas para as quais foram originalmente concebidos.

Ideias fundadoras que são acompanhadas ou relacionadas, por outros pensadores da área, como Gluzinski (1983) e Waldissa Rússio. Esta última desenvolve o conceito de fato museal, compreendido como a “profunda relação entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, isto é, aquela parte da realidade a qual o homem pertence e sobre a qual tem poder de ação” (Rússio, 2010, p. 123). E neste diálogo encontra-se a museologia social. Nessa perspectiva, a Museologia deixa de

se restringir aos objetos e passa a compreender as relações estabelecidas entre sujeitos, bens culturais e seus contextos socioculturais, constituindo um dos fundamentos da Museologia Social.

A museologia social que para Moutinho (1993) destaca a adequação museal para o comprometimento com o contexto social. Tal perspectiva pressupõe o diálogo permanente com os diferentes grupos sociais que compõem esses territórios, reconhecendo e valorizando seus saberes, memórias, identidades e experiências como elementos constitutivos do patrimônio cultural.

Em consonância com essa abordagem, Inês Gouveia apresenta, no Dicionário de Favelas Marielle Franco, a seguinte definição de Museologia Social:

> é um movimento que envolve vários campos de conhecimento e prática social, acadêmicos ou não. Sintetiza-se na ideia de que os mecanismos de valorização da memória e das ações de preservação tenham como prioridade a busca pelo direito à diversidade, à dignidade humana, o respeito e os princípios de liberdade. (Gouveia, 2026, n. p.)

Com isso percebe-se a pluralidade do fazer social que propõe oportunizar espaços de trocas com diálogos e reflexões que se baseiam na partilha de saberes, no conhecimento e reconhecimento de memórias. Tais práticas favorecem a valorização das experiências dos sujeitos e contribuem para o fortalecimento dos vínculos identitários e do sentimento de pertencimento às comunidades.

Essa compreensão também está presente no pensamento de Waldisa Rússio, para quem a Museologia se estrutura a partir da relação estabelecida entre os sujeitos e a realidade. Ao compreender o fato museal como a relação profunda entre o homem e o objeto, a autora desloca a atenção da Museologia exclusivamente dos acervos para as relações humanas e sociais que atribuem significado ao patrimônio (Rússio, 2010, p. 123). Esse entendimento desloca o foco da Museologia dos objetos para os sujeitos, reconhecendo-os como portadores de referências culturais, memórias e identidades. Assim, a Museologia Social fundamenta-se em práticas pautadas na participação, na escuta qualificada, no respeito à diversidade e na construção de relações de reciprocidade entre museus e comunidades.

A razão de ser da museologia social fundamenta-se em sua responsabilidade com a cidadania, com os direitos fundamentais e o respeito à dignidade, em que *Declaração de Córdoba*, do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), afirma que “uma museologia que não serve para a vida não serve para nada” (MINOM, 2017, n. p.). Sob essa perspectiva, compreende-se que as práticas

museológicas devem assumir um caráter ativo, democrático, participativo e humanizado, orientando-se pela promoção da inclusão social, do diálogo e da valorização das diferentes formas de produção de conhecimento e de memória.

A Museologia Social constitui-se, também, como um importante instrumento de democratização do acesso aos museus e aos processos de construção e apropriação do patrimônio cultural. Nessa perspectiva, a noção de patrimônio é ampliada, deixando de se restringir aos acervos e às coleções para incorporar o território, as memórias, as vivências, os saberes, os fazeres e as relações estabelecidas pelas comunidades com seus bens culturais. Desse modo, as práticas museológicas passam a valorizar os sujeitos e suas experiências, promovendo processos participativos que contribuem para a construção de identidades, para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a transformação social daqueles que delas participam. Nessa direção, torna-se necessário aprofundar a compreensão do próprio conceito de patrimônio cultural, abordando suas dimensões material e imaterial, tema discutido na seção seguinte.

1.2 Patrimônio Cultural material e imaterial

A ampliação do conceito de patrimônio cultural acompanha as transformações ocorridas no campo da Museologia e das políticas de preservação, que passaram a reconhecer como patrimônio não apenas os bens materiais, mas também os conhecimentos, práticas, expressões e tradições produzidos pelas comunidades. Sob essa perspectiva, o patrimônio cultural constitui um importante elemento de construção da memória coletiva, da identidade e do sentimento de pertencimento, justificando sua preservação e valorização. É nesse contexto que se insere a distinção entre patrimônio material e imaterial, consolidada na legislação brasileira e em documentos internacionais voltados à proteção do patrimônio cultural.

Pauta-se no entendimento que a patrimonialização é um instrumento de preservação das referências do passado, e de fortalecimento de relações de identidades culturais, sociais e espaciais. Assim a Constituição Brasileira define no artigo 216, seção II que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de:

> bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988)

Dessa maneira, evidencia-se a pluralidade do patrimônio cultural e sua estreita relação com as práticas humanas, demonstrando que a cultura é dinâmica, continuamente ressignificada e constituída por múltiplas formas de manifestação. Nesse contexto, o patrimônio pode ser compreendido a partir de diferentes dimensões e categorias, tais como tangível, intangível, material, imaterial, natural e genético, entre outras, que refletem a diversidade das relações estabelecidas entre as sociedades e seus bens culturais.

No presente trabalho, serão adotadas as categorias de patrimônio material e imaterial, por constituírem as classificações mais amplamente empregadas na legislação e na literatura especializada. O patrimônio material refere-se aos bens que possuem materialidade física e que testemunham processos históricos, artísticos, arquitetônicos, arqueológicos e culturais. Já o patrimônio imaterial compreende as práticas, os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os modos de fazer transmitidos entre gerações, cuja salvaguarda é fundamental para a preservação da identidade, da memória e da diversidade cultural das comunidades, dos povos e das nações (IPHAN, 2025).

Diante disso, observa-se que a distinção entre o patrimônio material e o imaterial não os separa, mas os une. Enquanto o patrimônio material fornece o suporte físico, como um prédio, documento ou objeto, o imaterial confere o sentido humano, que depende da memória e da ação humana que é indispensável e indissociáveis no processo de preservação histórica. Assim, o patrimônio não é tão somente ‘coisificado’, mas ele assume dinâmica e interações que contribuem para dar sentido as relações sociais. Desta maneira Gonçalves destaca essa faceta do patrimônio:

> o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. (...) não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (Gonçalves, 2009, p. 31).

Sob essa perspectiva, o valor atribuído a um bem cultural também está relacionado à capacidade de os grupos sociais reconhecerem nele elementos representativos de sua identidade, de sua memória e de sua trajetória histórica. A patrimonialização ocorre quando determinado bem, prática, celebração ou espaço passa a ser reconhecido pela coletividade como referência de sua experiência social

e cultural. Esse processo de atribuição de significados retira o patrimônio de uma concepção estática e exclusivamente vinculada ao passado, inserindo-o em uma dinâmica contínua de ressignificação, preservação e transmissão às gerações presentes e futuras.

Dessa forma, compreende-se que o patrimônio cultural não se limita aos bens materiais ou às manifestações imateriais isoladamente, mas constitui um processo social de atribuição de significados, continuamente construído e ressignificado pelos grupos humanos. Mais do que testemunhos do passado, os bens culturais podem ser referências de identidade, pertencimento e memória coletiva, estabelecendo vínculos entre as pessoas, seus territórios e suas experiências. Nesse sentido, a preservação do patrimônio ultrapassa a proteção de objetos ou práticas culturais, exigindo a compreensão dos processos de construção das memórias que lhes atribuem sentido e valor. Assim, torna-se necessário discutir a memória como dimensão constitutiva do patrimônio cultural e elemento fundamental para a formação das identidades individuais e coletivas.

1.3 Memória, identidade e oralidade

A compreensão do patrimônio cultural como uma construção social conduz, inevitavelmente, à discussão sobre a memória, uma vez que é por meio dela que indivíduos e comunidades atribuem significado aos bens culturais e reconhecem neles referências de sua própria trajetória histórica. Sob a perspectiva da museologia social, memória e patrimônio constituem dimensões indissociáveis, pois os processos de preservação, comunicação e apropriação do patrimônio dependem das experiências, das narrativas e das relações estabelecidas entre os sujeitos e seus contextos socioculturais. Assim, discutir memória significa compreender como os grupos sociais constroem identidades, fortalecem o sentimento de pertencimento e asseguram a continuidade de seus saberes e tradições ao longo do tempo.

De acordo com Le Goff (2003, p. 421), a memória pode ser definida como a "capacidade de conservar certas informações, esta propriedade decorre de um conjunto de funções psíquicas e sociais". Assim, a memória não se restringe a um repositório passivo de lembranças individuais, mas configura-se como um processo dinâmico, social e seletivo, por meio do qual indivíduos e grupos constroem, interpretam e ressignificam suas experiências, conferindo sentido ao passado no contexto do presente.

Existe diversas maneiras de ser alcançado por uma memória, às vezes por sons, cheiros, sabores e saberes, construções e ruínas, festas e cortejos, narrativas, entre outras tantas coisas. E essas formas são lembranças, lugares de memórias, que guardam e produzem as identidades.

Diante desse contexto, é por meio do compartilhamento de lembranças, experiências e referências comuns que os grupos sociais delimitam suas fronteiras simbólicas, fortalecem seus vínculos de pertencimento e constroem identidades coletivas. Assim, a memória coletiva constitui o alicerce sobre o qual se edificam as identidades sociais, conferindo sentido ao patrimônio material e imaterial ao transformá-lo em testemunho vivo da história, da cultura e da continuidade das comunidades.

Em consonância com essa perspectiva, a Declaração de Córdoba – MINOM destaca que "a memória é, ao mesmo tempo, a afirmação dos valores humanos, da dignidade e da coesão social, colocando-se como ação propositiva de ocupação do presente e invenção de futuros" (MINOM, 2017, n. p.). Desse modo, a memória colabora para preservar o passado, constituindo-se como um instrumento de fortalecimento da cidadania, de valorização das identidades coletivas e de promoção de processos de mobilização, participação e transformação social.

Nessa perspectiva, Chagas (2008, p. 36) afirma que "pela encruzilhada da memória passam a identidade e a diferença, a permanência e a mudança. A construção de identidade e o desenvolvimento de processos identitários dependem de uma prática que leve em conta as diferenças". Essa compreensão evidencia que a memória constitui um elemento que colabora para a construção das identidades, uma vez que articula permanências e transformações, reconhecendo a diversidade de experiências e de trajetórias dos sujeitos e dos grupos sociais.

Sob essa perspectiva, a identidade pode ser compreendida como uma construção narrativa, isto é, como o conjunto de significados e interpretações por meio dos quais indivíduos e coletividades elaboram narrativas sobre si mesmos, conferindo sentido à sua existência e assegurando a continuidade de suas experiências ao longo do tempo.

De acordo com Paul Ricoeur (1991), essa "identidade narrativa" resulta da articulação dialética entre a permanência do caráter e a mutabilidade das experiências vividas. É o trabalho da memória que atua como o fio condutor desta narrativa, costurando fragmentos do passado para conferir coerência ao sujeito no presente.

Para Laub (2000) construir uma narrativa é conferir o tempo, o lugar, a sequência e causalidade às reminiscências, de modo a atribuir um início, um fim, um antes, um durante e um depois, esse ato de narrar transforma lembranças dispersas na identidade narrativa, transpondo a experiência vivida para o campo da partilha coletiva através da fala. É por meio desta dinâmica que a resistência da memória oral se consolida, assentando sobre a necessidade vital de atribuir um sentido de permanência e dignidade à existência dos homens no mundo.

Nesse contexto, Bosi (1994) compreende a memória oral como um importante instrumento de valorização das experiências cotidianas, ao resgatar narrativas e recordações individuais, ao serem compartilhadas, ultrapassam a esfera pessoal e passam a integrar um patrimônio coletivo, sendo continuamente reconstruídas e ressignificadas no próprio ato da narrativa.

Em consonância com essa perspectiva, Frochtengarten (2005, p. 374) afirma que "a memória oral é condição promotora de enraizamento", destacando seu papel na constituição dos vínculos entre os sujeitos, seus territórios e suas referências culturais. Assim, a memória oral favorece a preservação das identidades coletivas, fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a continuidade das experiências e saberes transmitidos entre gerações.

A memória oral evidencia que o patrimônio cultural não se mantém apenas por meio de monumentos, documentos ou objetos, mas também pelas narrativas, lembranças e experiências compartilhadas entre gerações. Ao transmitir conhecimentos, valores e formas de compreender o mundo, essas narrativas preservam referências culturais fundamentais para a construção das identidades e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento das comunidades. Entre as diversas manifestações da memória oral, destacam-se as lendas, que articulam elementos históricos, simbólicos e imaginários. Desse modo, torna-se pertinente aprofundar a discussão acerca das lendas, evidenciando seu papel na preservação da memória coletiva e na valorização das identidades locais, aspecto que será desenvolvido na seção seguinte.

1.4 Lendas como patrimônio cultural imaterial

A compreensão da memória oral como elemento constitutivo do patrimônio cultural conduz à reflexão sobre as lendas. Transmitidas entre gerações por meio da oralidade, essas narrativas preservam experiências, crenças, valores e interpretações

construídas coletivamente, constituindo importantes referências para a memória e a identidade das comunidades. Sob a perspectiva da museologia social, algumas lendas extrapolam o campo da ficção e passam a ser compreendidas como patrimônios culturais imateriais, capazes de comunicar modos de vida, fortalecer vínculos de pertencimento e preservar saberes que integram a história e a cultura dos diferentes grupos sociais.

As lendas constituem manifestações do patrimônio cultural imaterial, sendo reconhecidos como formas de expressão da memória coletiva e da identidade de um povo. Essas narrativas, transmitidas principalmente por meio da oralidade, carregam elementos históricos, simbólicos e imaginários que refletem as experiências, crenças e valores de uma comunidade ao longo do tempo.

O termo lenda refere-se a narrativas que se situam entre o real e o fantástico, articulando acontecimentos históricos com elementos imaginários. Segundo Reis e Lopes (1998, p. 216), a lenda pode ser compreendida como “uma narrativa em que um facto histórico aparece transfigurado pela imaginação popular”, evidenciando seu caráter híbrido entre história e ficção. Nessa mesma perspectiva, Cascudo (2000, p. 496) define a lenda como “um relato fantástico, que se baseia em um fato real, deformado e transformado pela imaginação popular”, destacando seu vínculo com a cultura e a tradição oral.

Essas narrativas não devem ser compreendidas como meras histórias fictícias, mas como registros simbólicos que expressam a visão de mundo de determinados grupos sociais. Conforme Lóssio (2002, p. 3), as lendas constituem “matéria viva para estudos e pesquisas”, pois revelam aspectos do imaginário coletivo e permitem compreender a forma como uma comunidade interpreta sua própria história. Assim, ao serem analisadas, as lendas tornam-se fontes para a investigação cultural e histórica.

No âmbito do patrimônio cultural, as lendas são reconhecidas como bens imateriais, uma vez que são transmitidos de modo transgeracional e constantemente recriados pelos grupos sociais. De acordo com o IPHAN, o patrimônio cultural imaterial é constituído por práticas, representações e expressões que “são transmitidas de geração a geração, constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história” (Brasil, 2000, n.p.). Nesse sentido, as lendas configuram-se como formas de preservação da memória e de continuidade cultural.

A transmissão dessas narrativas ocorre, tradicionalmente, por meio da oralidade, evidenciando um processo coletivo de construção, preservação e ressignificação do conhecimento. Nesse sentido, Paz e Moniz (2004, p. 155) afirmam que a transmissão oral “evidencia o processo de recepção de uma mensagem através da sucessão de gerações”, consolidando-se como uma importante expressão do patrimônio cultural de uma comunidade.

Dessa forma, compreende-se que as lendas, enquanto expressões do patrimônio cultural imaterial, articulam memória, oralidade e identidade, constituindo-se como importantes instrumentos de preservação e transmissão de saberes coletivos. Inseridas no campo da memória oral, essas narrativas contribuem para a construção e a continuidade das referências culturais de um grupo, e se transformam ao longo do tempo, acompanhando as dinâmicas sociais e simbólicas das comunidades. Assim, ao transitarem entre o real e o imaginário, as lendas reforçam o caráter vivo e dinâmico do patrimônio cultural, evidenciando sua relevância na constituição das identidades e no fortalecimento dos vínculos de pertencimento social.

Dessa maneira, as lendas constituem mecanismos de preservação e transmissão da memória coletiva, revelando-se como patrimônios culturais vivos, continuamente recriados pelas comunidades que lhes atribuem significado. Ao articularem oralidade, identidade e pertencimento, essas narrativas reforçam a dimensão social do patrimônio cultural e evidenciam a necessidade de ações que favoreçam sua valorização, comunicação e continuidade. Nesse contexto, destacam-se a Educação Patrimonial e a Educação Museal como campos capazes de promover processos de mediação cultural que aproximam os sujeitos de suas referências patrimoniais, favorecendo sua apropriação crítica e sua preservação.

1.5 Educação patrimonial e educação museal

Reconhecer as lendas como patrimônio cultural imaterial implica refletir sobre as formas pelas quais essas referências culturais podem ser preservadas, comunicadas e apropriadas socialmente. Nesse sentido, a educação patrimonial e a museal constituem importantes campos de atuação, pois desenvolvem processos educativos voltados à valorização da memória, da identidade e do patrimônio cultural. Embora possuam trajetórias e especificidades próprias, ambas compartilham o compromisso de democratizar o acesso ao patrimônio, promover o diálogo entre

diferentes saberes e fortalecer a participação das comunidades na construção e na ressignificação de suas referências culturais.

O campo que articula a educação patrimonial e a museal constitui um espaço de constantes negociações teóricas e metodológicas. Embora apresentem especificidades próprias quanto aos seus espaços de atuação e às suas práticas operacionais, ambas compartilham raízes históricas comuns, voltadas à democratização do acesso ao conhecimento e à valorização dos processos educativos relacionados ao patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial configura-se como um campo abrangente de práticas pedagógicas, desenvolvidas tanto em ambientes formais quanto não formais, que elegem o patrimônio cultural como seu objeto central de reflexão. Sob essa perspectiva, as manifestações culturais deixam de ser meros vestígios estáticos do passado para se tornarem recursos ativos na compreensão sócio-histórica da realidade.

De acordo com Florêncio et. al. (2014), esse processo requer uma construção coletiva, democrática e dialógica entre os diversos agentes sociais, garantindo que as comunidades detentoras e produtoras dessas referências participem ativamente. Desse modo, a Educação Patrimonial atua na valorização e preservação das identidades, acolhendo as múltiplas noções de patrimônio que coexistem na sociedade.

Por sua vez, a Educação Museal caracteriza-se pelo enfoque na experiência direta com o patrimônio institucionalizado, especialmente no âmbito dos museus e de seus espaços expositivos. Essa vertente envolve metodologias e conteúdos específicos voltados aos processos de aprendizagem, à experimentação e à motivação intrínseca decorrente do contato direto com o acervo.

Conforme Costa (2018), trata-se de uma ação intencional e consciente desenvolvida por educadores, que busca acolher e problematizar os diferentes sentidos produzidos pelos visitantes no espaço museal. Nessa perspectiva, a proposta pedagógica fundamenta-se na mediação educativa a partir dos objetos musealizados, promovendo a apropriação da cultura histórica, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e o desenvolvimento da memória individual e coletiva.

No qual, Tolentino e Castro (2020) definem a relação entre educação patrimonial e museal como uma "encruzilhada" onde trajetórias históricas se encontram, complementando-se na função social da cultura. A intersecção dessas

áreas, especialmente na museologia social, potencializa saberes locais e memórias dissidentes, posicionando sujeitos periféricos como protagonistas da patrimonialização.

Um aspecto central da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e discutido por Tolentino e Castro (2020) é a definição da educação museal como um ato político. Ao assumir esta natureza política, o campo pedagógico nos museus e nos territórios deixa de ser neutro. Ele passa a atuar diretamente na disputa de narrativas, na partilha do poder institucional e na inclusão de memórias tradicionalmente marginalizadas. Trata-se de uma prática orientada para a justiça social que, ao reconhecer e salvaguardar as diferenças, confere às comunidades o protagonismo sobre as suas próprias referências culturais, consolidando a "encruzilhada" conceitual como um espaço de transformação e resistência epistémica.

Em síntese, quando compreendidas como partes integrantes de um processo mais amplo voltado à formação humana integral, a educação museal e a patrimonial revelam-se dimensões indissociáveis. Articuladas na prática pedagógica, ambas compartilham objetivos convergentes, uma função social comum e uma clara sintonia no que se refere às comunidades com as quais atuam.

Do mesmo modo, essa articulação evidencia a aproximação de seus referenciais teóricos e a convergência de seus públicos de interesse. Longe de atuarem de forma isolada, essas dimensões educativas potencializam-se mutuamente, contribuindo para que o acesso à cultura e a apropriação das referências patrimoniais se constituam como instrumentos de conscientização, exercício da cidadania e emancipação social dos sujeitos.

2. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO CULTURAL

2.1 A escola como espaço de apropriação do patrimônio cultural

As discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores evidenciaram que o patrimônio cultural constitui uma construção social produzida nas relações entre memória, identidade e território. Contudo, para que essas referências culturais sejam reconhecidas, valorizadas e apropriadas pelas novas gerações, tornam-se necessários processos permanentes de mediação. Embora os museus desempenhem papel fundamental nesse contexto, a mediação do patrimônio não se restringe aos espaços museológicos, estendendo-se também aos ambientes educativos formais. Nesse sentido, a escola configura-se como um espaço de apropriação do patrimônio cultural, promovendo experiências educativas que aproximam os estudantes de sua história, de sua cultura e das referências patrimoniais presentes em seu cotidiano.

O entendimento da instituição escolar na contemporaneidade exige a superação de uma visão puramente instrumental do ensino, reposicionando-a como um polo ativo de produção e partilha simbólica. Compreende-se a escola como um território educativo de mediação cultural, conforme aponta Coelho (1997), a mediação cultural no campo do patrimônio opera essencialmente como um processo de aproximação, cujo foco principal é facilitar tanto a apropriação intelectual quanto sensível de uma obra ou bem cultural por parte da comunidade.

Visando assim garantir o contato dos estudantes com conhecimentos relacionado aos bens culturais que se materializam por meio de saberes, experiências e aprendizagens que impulsionam o seu desenvolvimento integral, favorecendo o acesso e agregando repertório estético e cultural. Sob essa perspetiva, a sala de aula converte-se numa extensão do espaço público de cultura, atuando como o primeiro ou principal ponto de contato mediado entre o sujeito e a diversidade das manifestações culturais.

Essa dinâmica de mediação encontra nas teorizações sobre o capital cultural, que sublinham o papel da escola como instância democratizadora do acesso aos bens simbólicos (Bourdieu, 2007). Nessa perspectiva, Martins, Picosque e Guerra (1998) destacam a importância de práticas educativas que favoreçam a percepção, a interpretação e a construção de sentidos, contribuindo para uma relação ativa do estudante com as manifestações culturais.

A mediação cultural escolar busca promover a educação das sensibilidades, capacitando os alunos a decodificarem o mundo de forma pluridimensional. Aspirando que os estudantes desenvolvam um olhar crítico tanto para os acervos salvaguardados quanto para as manifestações culturais que pulsam no seu próprio território.

Desse modo, a escola anseia ultrapassar a função de transmissão de conteúdos para assumir um papel ativo na mediação entre os estudantes e o patrimônio cultural, de modo a favorecer a construção de vínculos de pertencimento, identidade e cidadania. Ao dialogar com os princípios da educação patrimonial e da museal, o ambiente escolar possibilita que os bens culturais sejam compreendidos como elementos vivos da experiência social, aproximando o conhecimento acadêmico das vivências dos alunos. Entre as diferentes estratégias capazes de potencializar esse processo de mediação, destaca-se a literatura infantil, cuja linguagem favorece a aproximação das crianças com as narrativas, memórias e tradições que constituem o patrimônio cultural de suas comunidades.

2.2 Escola, território, memória e identidade cultural

A compreensão da escola como espaço que possibilita a mediação cultural, amplia-se a relação com o território no qual está inserida. O processo educativo não ocorre de maneira isolada das experiências sociais e culturais dos sujeitos, uma vez que os estudantes chegam ao ambiente escolar trazendo consigo conhecimentos, memórias, práticas, narrativas e referências construídas em suas relações familiares e comunitárias. Dessa forma, pensar a educação em diálogo com o patrimônio cultural pressupõe reconhecer que o território também participa dos processos de formação e construção de sentidos.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial contribui para aproximar os processos educativos das referências culturais presentes no cotidiano das comunidades. Florêncio et al. (2014) defendem uma concepção de Educação Patrimonial constituída por processos educativos que considerem o patrimônio cultural como recurso para a compreensão histórica e sociocultural das referências culturais. Essa abordagem possibilita superar práticas educativas centradas apenas na transmissão de informações sobre monumentos ou bens consagrados, favorecendo a participação dos sujeitos na identificação, interpretação e valorização de suas próprias referências culturais.

A inserção do patrimônio cultural no contexto escolar pode, portanto, colaborar para que os estudantes reconheçam como patrimônio não apenas monumentos, edificações e objetos históricos, mas também saberes, práticas, celebrações, manifestações, memórias e narrativas relacionadas às comunidades em que vivem. Esse entendimento considera a dimensão imaterial do patrimônio, pois muitas dessas referências culturais permanecem vivas justamente por meio das relações estabelecidas entre sujeitos, grupos sociais e território.

A escola apresenta, nesse sentido, possibilidades para promover experiências educativas relacionadas ao patrimônio local. Quando o processo de ensino incorpora elementos da história e da cultura da comunidade, os estudantes podem estabelecer relações entre os conteúdos escolares e suas próprias experiências. O patrimônio deixa, assim, de ser percebido como algo distante, pertencente exclusivamente ao passado ou às instituições responsáveis por sua preservação, e passa a ser compreendido como parte das experiências sociais do presente.

Essa perspectiva também estabelece aproximações com a compreensão de Paulo Freire acerca da relação entre leitura e realidade. Para Freire (1989), a compreensão da palavra encontra-se relacionada à compreensão do mundo vivenciado pelo sujeito. A leitura, portanto, não se limita à decodificação da linguagem escrita, mas envolve as experiências e os contextos culturais nos quais os indivíduos estão inseridos. Aplicada à relação entre educação e patrimônio, essa concepção permite compreender que a leitura do território, das memórias e das manifestações culturais pode integrar os processos educativos, possibilitando que os estudantes reconheçam e interpretem as referências culturais presentes em sua realidade.

No contexto desta pesquisa, essa discussão assume relevância ao considerar o município de Ouro Branco, em Minas Gerais, como território constituído por diferentes referências históricas e culturais. Além dos bens materiais e das paisagens que caracterizam o município, encontram-se também manifestações relacionadas à memória oral, entre elas histórias, causos e lendas transmitidos entre gerações. Essas narrativas constituem formas pelas quais diferentes experiências, interpretações e imaginários relacionados ao território permanecem presentes na memória da comunidade.

Ao incorporar essas referências aos processos educativos, a escola pode favorecer a ampliação do conhecimento das crianças acerca do lugar onde vivem, promovendo oportunidades de diálogo entre diferentes gerações e formas de

conhecimento. Trabalhar com as memórias e narrativas locais não significa apresentar uma versão única ou definitiva da história da comunidade, mas reconhecer a pluralidade de experiências e interpretações que constituem sua memória coletiva.

Desse modo, a relação entre escola, patrimônio e território cooperam para processos de identificação e pertencimento, uma vez que permite aos estudantes reconhecerem suas próprias experiências e referências culturais como elementos dignos de conhecimento, reflexão e valorização. A escola tem a capacidade de ser, assim, um espaço no qual o patrimônio pode ser conhecido, interpretado e problematizado, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de estabelecer relações críticas e sensíveis com as referências culturais presentes em seu cotidiano.

2.3 Literatura infantil como mediação do patrimônio

Entre os diversos recursos pedagógicos utilizados na mediação do patrimônio cultural, a literatura infantil destaca-se por articular linguagem, imaginação e memória em narrativas capazes de aproximar as crianças de sua realidade sociocultural. Ao transformar conhecimentos, tradições e experiências coletivas em histórias acessíveis ao público infantil, os livros tornam-se importantes instrumentos de comunicação do patrimônio, favorecendo a construção do sentimento de pertencimento e o reconhecimento das identidades culturais desde os primeiros anos da escolarização. Nessa perspectiva, a literatura infantil ultrapassa sua dimensão estética e assume também uma função educativa, contribuindo para que o patrimônio cultural seja conhecido, interpretado e ressignificada pelas novas gerações.

A Literatura caracteriza-se a partir do seu papel artístico e cultural da linguagem que se realiza por meio da palavra escrita e por vezes oralizada, constituindo-se como um campo de produção simbólica voltado à enunciação das experiências humanas, em que a Literatura pode ser compreendida como um sistema simbólico vivo, que atua na formação humana e na construção de sentidos sobre a realidade (Cândido, 2004).

A literatura não se restringe ao caráter estético do texto, mas desempenha também funções formativas, culturais e educativas, ao contribuir para a construção de sentidos sobre o mundo e sobre a própria condição humana.

No campo da infância, a literatura assume função formativa e mediadora entre a criança e o universo cultural, contribuindo para sua formação leitora e social (Zilberman, 2003). A literatura infantil atua como um elemento importante no

desenvolvimento da criança, ao estimular o vocabulário, a imaginação e estruturar valores sociais e cognitivos.

Essa característica do livro voltado para a infância consolida-se a partir de transformações históricas e socioeconômicas vinculadas ao advento do capitalismo. Conforme aponta Bier (2004), a reorganização da estrutura familiar e escolar exigiu o preparo eficiente das crianças para novas realidades, o que demandou um reposicionamento dos produtos culturais infantis e transformou o livro em um dispositivo pedagógico estratégico.

Dentro dessa estrutura pedagógica, a literatura consolida-se como um instrumento de mediação do patrimônio cultural imaterial ao registrar, salvaguardar e difundir a memória coletiva. A inclusão de narrativas que abordam mitos, lendas regionais e contos folclóricos literários podem atuar diretamente na preservação da identidade cultural de um povo. Com isso, a produção textual assegura a transmissão intergeracional de saberes tradicionais, permitindo que o público infantil reconheça e valorize as heranças simbólicas que definem o seu próprio território.

A mediação patrimonial por meio da escrita literária estende-se à dimensão do patrimônio linguístico, promovendo o fortalecimento da língua materna desde a primeira infância. Ao expor os leitores iniciantes a um repertório rico em expressões locais, construções sintáticas diversas e vocabulário contextualizado, os livros infantis funcionam como pontes de comunicação e apropriação cultural. Essa imersão linguística capacita os sujeitos não apenas para a competência comunicativa futura, mas também para a decodificação crítica dos símbolos e discursos que circundam os bens culturais ao seu redor.

A relação entre literatura infantil e escola adquire destaque quando se compreende a leitura como uma experiência que ultrapassa a aprendizagem instrumental da língua escrita. Coelho (2000) reconhece a escola como espaço privilegiado para o encontro entre o leitor e o livro, evidenciando a relevância da instituição escolar na formação do leitor e no acesso à produção literária. Nesse contexto, proporcionar o contato da criança com diferentes narrativas significa também ampliar seu repertório cultural e suas possibilidades de interpretação da realidade.

A Literatura Infantil participa desse processo ao possibilitar que a criança estabeleça relações entre imaginação, experiência e realidade. Por meio das narrativas, diferentes lugares, tempos, personagens, conflitos, modos de vida e referências culturais podem ser conhecidos e interpretados pelo leitor. Assim, a

experiência literária não se limita ao desenvolvimento das competências de leitura e escrita, mas também participa da formação cultural do sujeito.

Zilberman (2003), ao discutir a presença da Literatura Infantil no contexto escolar, permite compreender a importância da literatura na formação do leitor e sua relação com o processo educativo. A inserção da obra literária na escola, entretanto, não deve reduzir o texto a um instrumento destinado exclusivamente ao ensino de conteúdos. É necessário preservar sua dimensão estética, imaginativa e interpretativa, possibilitando que a criança construa sentidos a partir da experiência de leitura.

O livro infantil pode favorecer o contato da criança com determinadas referências culturais sem transformar a narrativa literária em simples material informativo. Por meio da construção narrativa, dos personagens, das imagens e da linguagem, referências históricas, culturais e territoriais podem ser apresentadas de maneira sensível, estimulando a curiosidade e possibilitando novas formas de relação com o patrimônio.

Dessa maneira, a Literatura Infantil pode atuar como mediação entre o universo da criança e as referências culturais de sua comunidade. Mais do que transmitir informações acerca do patrimônio, a narrativa literária pode suscitar perguntas, memórias, afetos e interpretações, favorecendo uma aproximação sensível com os bens, práticas e manifestações culturais. Essa possibilidade aproxima a literatura das perspectivas da educação patrimonial e da museal adotada, nas quais a mediação constitui um processo de construção de relações e significados entre sujeitos e patrimônio.

Em suma, a Literatura Infantil e a valorização do patrimônio revelam-se conceitos entrelaçados na formação de cidadãos conscientes e integrados à sua própria história. A mediação cultural realizada pelas páginas dos livros expande a visão de mundo dos indivíduos, estimulando o respeito à alteridade e a salvaguarda da diversidade. Portanto, ao conectar a imaginação infantil à herança cultural e às tradições locais, a literatura afirma-se como um instrumento indispensável para a edificação de sociedades mais inclusivas, democráticas e conscientes de sua riqueza patrimonial.

Dessa forma, a Literatura Infantil constitui-se como uma estratégia de mediação cultural, capaz de aproximar as crianças do patrimônio por meio de narrativas que despertam a imaginação, a curiosidade e o reconhecimento de suas próprias referências culturais. Ao reunir elementos da memória, da tradição oral e da identidade

local, os livros infantis favorecem processos de aprendizagem significativos e contribuem para a valorização do patrimônio cultural desde os primeiros anos da escolarização.

Nesse contexto, a produção de obras que dialoguem com a realidade sociocultural dos estudantes fortalece os princípios da educação patrimonial e da museal, ao promover o acesso, a interpretação e a apropriação do patrimônio de forma sensível e participativa. É nessa perspectiva que se insere o livro “Lendas, Ouro Branco”, produto educacional desta pesquisa, cuja elaboração será apresentada no capítulo seguinte, evidenciando as etapas de sua concepção e seu potencial como instrumento de comunicação e valorização do patrimônio cultural imaterial do município.

2.4 Literatura infantil, oralidade e transmissão da memória

A relação entre literatura infantil e patrimônio cultural torna-se ainda mais significativa quando as narrativas literárias se originam de histórias tradicionalmente transmitidas pela oralidade. Antes da consolidação da escrita como principal forma de registro e circulação do conhecimento, diferentes sociedades preservaram experiências, crenças, valores, acontecimentos e interpretações do mundo por meio da palavra falada. A oralidade constitui, portanto, uma forma de transmissão cultural entre gerações.

A memória desempenha papel fundamental nesse processo, pois permite que experiências individuais e coletivas sejam transmitidas, reinterpretadas e atualizadas ao longo do tempo. Como discutido anteriormente nesta pesquisa, a memória não corresponde à reprodução exata e imutável do passado. Ao contrário, constitui-se a partir das relações estabelecidas entre passado e presente, envolvendo processos de seleção, interpretação e reconstrução conforme Le Goff (2003).

Essa característica permite compreender a natureza dinâmica das narrativas orais. Uma história transmitida entre gerações pode apresentar permanências e transformações, uma vez que cada narrador participa de sua transmissão a partir de determinado contexto social e cultural. Nesse processo, as narrativas permanecem vivas justamente porque continuam sendo contadas, escutadas, interpretadas e compartilhadas.

Para Bosi (1994), ao abordar memória e sociedade, evidencia a relevância das lembranças e das experiências dos sujeitos para a compreensão da vida social. A

memória individual relaciona-se aos grupos e contextos dos quais o sujeito participa, possibilitando compreender a transmissão de histórias como uma prática que também estabelece vínculos entre diferentes gerações. Avós, pais, crianças e outros integrantes da comunidade participam, dessa maneira, da circulação de conhecimentos e narrativas que constituem determinadas referências culturais.

A passagem de uma narrativa oral para o suporte escrito deve, contudo, ser compreendida com cautela. O registro não elimina a natureza dinâmica da memória nem estabelece necessariamente uma versão definitiva da narrativa. No âmbito desta pesquisa, a Literatura Infantil é compreendida como uma nova possibilidade de circulação das lendas, capaz de coexistir com as formas orais pelas quais essas histórias são tradicionalmente compartilhadas.

O livro pode atuar, nesse sentido, como um suporte que favorece novos encontros com a narrativa. Uma história registrada em uma obra infantil pode ser lida silenciosamente, compartilhada em sala de aula, contada em voz alta, apresentada em bibliotecas, discutida entre familiares ou utilizada como ponto de partida para que outras pessoas apresentem versões que conhecem da mesma narrativa. Dessa maneira, a escrita não precisa representar o encerramento da oralidade; ao contrário, pode estimular novos processos de fala, escuta e compartilhamento.

Essa relação apresenta particular relevância para a educação patrimonial, uma vez que as referências culturais não devem ser compreendidas apenas como elementos a serem conservados de maneira estática. Florêncio et al. (2014) propõem uma perspectiva educativa relacionada aos contextos culturais e às relações estabelecidas pelas comunidades com suas referências patrimoniais. Assim, trabalhar com narrativas orais no contexto educativo pode contribuir para reconhecer os sujeitos da comunidade como participantes dos processos de produção, transmissão e interpretação do patrimônio.

No caso das lendas de Ouro Branco, o registro literário constitui uma possibilidade de ampliar a circulação de narrativas presentes na memória local, especialmente entre o público infantil. A passagem para a literatura não pretende substituir as versões existentes nem determinar qual delas seria verdadeira ou definitiva. O objetivo consiste em possibilitar que essas histórias encontrem outros leitores e contextos de circulação, despertando interesse pelas narrativas e, potencialmente, incentivando as crianças a buscar outras histórias junto às suas famílias e à comunidade.

Dessa forma, a Literatura Infantil pode estabelecer uma ponte entre memória oral, infância e patrimônio cultural. Ao possibilitar que narrativas transmitidas entre gerações circulem também pelo livro, ampliam-se as oportunidades de contato das crianças com as memórias de seu território, ao mesmo tempo em que se reconhece a oralidade como forma de produção e transmissão cultural.

2.5 Lendas, infância e patrimônio cultural imaterial

Conforme discutido no capítulo anterior, as lendas integram o universo das narrativas transmitidas culturalmente e estabelecem relações com a memória, o imaginário e as formas pelas quais diferentes grupos interpretam suas experiências e seu território. No contexto educativo, entretanto, essas narrativas assumem outra dimensão: podem constituir instrumentos de aproximação entre as crianças e as referências culturais presentes em sua comunidade.

A presença das lendas na Literatura destinada à infância possibilita articular elementos do imaginário à descoberta do território. Personagens, lugares, acontecimentos extraordinários e elementos da cultura local despertam a curiosidade do leitor e podem estimular perguntas sobre a origem das histórias, os espaços mencionados e as pessoas responsáveis por sua transmissão. A narrativa torna-se, assim, um ponto de partida para experiências de reconhecimento e investigação do patrimônio cultural.

As contribuições de Cascudo (2000) acerca das manifestações da cultura popular permitem compreender a relevância das narrativas tradicionais na constituição e circulação dos saberes produzidos socialmente. Da mesma forma, Lóssio (2002), ao abordar as lendas como expressões relacionadas à cultura e à memória, contribui para reconhecer essas narrativas como referências importantes que contribuem para a compreensão das formas pelas quais uma comunidade interpreta e transmite suas experiências.

No trabalho educativo com crianças, é importante que essas narrativas não sejam apresentadas apenas como registros de um passado distante ou como histórias curiosas desvinculadas da realidade social. A mediação pode favorecer a investigação dos contextos nos quais as lendas circulam, das diferentes versões existentes e das relações que estabelecem com lugares, personagens e acontecimentos presentes na memória da comunidade.

Essa abordagem também possibilita valorizar a participação das próprias crianças no processo de construção do conhecimento. Ao entrar em contato com uma lenda local, a criança pode questionar familiares sobre a narrativa, descobrir outras versões, identificar lugares mencionados nas histórias ou compartilhar narrativas conhecidas em seu contexto familiar. O processo educativo passa, assim, a envolver não apenas a leitura de um texto previamente elaborado, mas também a escuta, a investigação, a comparação e a produção de novos sentidos.

No caso de Ouro Branco, as lendas relacionadas à Serra de Ouro Branco, às ruas, às fazendas e a outros espaços do município estabelecem vínculos entre narrativa e território. Ao conhecer essas histórias, as crianças podem desenvolver novas formas de observar lugares que fazem parte de seu cotidiano. Espaços anteriormente percebidos apenas como elementos da paisagem podem adquirir outras camadas de significado quando associados às memórias e narrativas compartilhadas pela comunidade.

A narrativa pode funcionar como elemento desencadeador de atividades de leitura, pesquisa, rodas de conversa, produção de desenhos, registros de histórias familiares, reconhecimento de lugares e diálogo com moradores mais velhos. Tais possibilidades favorecem processos educativos participativos nos quais o patrimônio não é apresentado apenas como conteúdo a ser memorizado, mas como campo de investigação, interpretação e construção coletiva de significados.

Nesse sentido, a aproximação entre lendas e infância favorece a transmissão intergeracional das referências culturais. Ao estimular o diálogo entre crianças, familiares e outros membros da comunidade, as narrativas podem circular novamente em diferentes espaços e adquirir novos sentidos. A utilização das lendas na literatura infantil apresenta, portanto, potencial para articular memória, território, imaginação e educação.

3. ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

As discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores evidenciaram que a Museologia Social, a memória oral, a educação patrimonial, a educação museal e a literatura infantil convergem para um objetivo comum que busca promover a valorização do patrimônio cultural por meio de processos de mediação capazes de aproximar os sujeitos de suas referências culturais. Nesse contexto, o produto educacional desta pesquisa consiste na elaboração do livro infantil “Lendas, Ouro Branco”, concebido como um instrumento de comunicação e mediação do patrimônio cultural imaterial do município.

Ao transformar lendas da tradição oral em narrativa literária destinada ao público infantil, o livro busca favorecer o reconhecimento da memória local, fortalecer o sentimento de pertencimento e ampliar as possibilidades de utilização do patrimônio cultural em contextos educativos formais e não formais. Conforme afirma Colomer (2007), a literatura infantil desempenha importante função mediadora ao favorecer a construção da competência cultural da criança, permitindo sua inserção progressiva no universo da leitura, da cultura e das múltiplas formas de interpretação do mundo.

As lendas do município de Ouro Branco constituíram a principal inspiração para a elaboração do livro infantil, sendo selecionadas a partir de um levantamento bibliográfico e documental sobre a história, a memória e o patrimônio cultural local. Entre as principais fontes consultadas destaca-se a obra Ouro Branco dos Ciclos, de Elizabeti Félix (2017), que apresenta uma análise da formação histórica do município, evidenciando os diferentes ciclos econômicos, sociais e culturais que contribuíram para a constituição de sua identidade. Também foi utilizada a obra Ouro Branco: histórias, lendas e causos, de Germano Lopes Filho (2006), que reúne narrativas tradicionais preservadas pela oralidade e se configura como um importante registro da memória coletiva e das manifestações culturais do município.

Além dessas obras, foram consultadas pesquisas acadêmicas dedicadas ao patrimônio cultural e às narrativas populares de Ouro Branco, as quais evidenciam a relevância das lendas para a preservação da memória e da identidade local. Conforme demonstra Oliveira (2021), essas narrativas articulam elementos do imaginário popular a acontecimentos históricos vivenciados pela comunidade, constituindo importantes referências para a compreensão da história, da cultura e das formas de pertencimento ao território. Assim, a seleção das lendas que compõem o livro fundamentou-se tanto em registros bibliográficos quanto em estudos científicos,

buscando preservar a riqueza das tradições orais e favorecer sua difusão junto ao público infantil.

Desse modo, entende-se que o livro infantil “Lendas, Ouro Branco” pode contribuir para a relação das crianças com o patrimônio cultural imaterial local, ao utilizar as lendas como forma de narrativa. Nesse contexto, mediado pela literatura infantil, esse material assume potencial formativo ao possibilitar o acesso a referências culturais do território, podendo ser utilizado tanto em contextos escolares quanto em espaços educativos não formais.

3.1 Levantamento histórico e patrimonial de Ouro Branco

A elaboração do livro infantil partiu da compreensão de que a valorização do patrimônio cultural depende do reconhecimento das referências históricas, culturais e simbólicas que constituem a identidade de uma comunidade. Assim, antes da construção da narrativa, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental sobre a história, o patrimônio e as lendas de Ouro Branco, buscando identificar elementos representativos da memória coletiva do município que pudessem ser transpostos para uma linguagem acessível ao público infantil. A seleção dos conteúdos fundamentou-se em obras de referência sobre a história local, pesquisas acadêmicas acerca do patrimônio cultural e da memória oral, bem como nas narrativas preservadas pela tradição oral da comunidade, compreendendo que esses saberes constituem importantes expressões do patrimônio cultural imaterial.

O nome “Ouro Branco” tem origem em uma confusão comum entre os primeiros exploradores e garimpeiros que percorreram a região durante o ciclo do ouro. Ao se depararem com abundantes formações de pedras clara e brilhante que refletia a luz solar com grande intensidade, acreditaram tratar-se de uma nova variedade do metal precioso. Essa interpretação equivocada deu origem ao topônimo, que, com o passar do tempo, adquiriu significado simbólico.

O crescimento do arraial foi impulsionado pela instalação de capelas, fazendas e caminhos de tropeiros, consolidando uma comunidade marcada pela fé, pela solidariedade e pela oralidade. Ao longo das gerações, Ouro Branco preservou uma rica tradição narrativa, expressa nas lendas e nos causos populares, que traduzem o imaginário, os valores e as crenças de seu povo verdadeiros fragmentos do patrimônio imaterial e da memória coletiva do município.

O patrimônio cultural de Ouro Branco é constituído por um conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a história, a memória e a identidade da comunidade ao longo do tempo. Esses elementos representam diferentes períodos da formação do município, desde o ciclo do ouro até à contemporaneidade, configurando-se como referências fundamentais para a compreensão de sua trajetória histórica.

No que se refere ao patrimônio material, destacam-se igrejas, casarões, fazendas, conjuntos paisagísticos e núcleos históricos que remetem ao período colonial e aos ciclos econômicos posteriores. Entre os principais bens tombados, sobressaem a Igreja Matriz de Santo Antônio, construída no século XVIII, sendo considerada um dos mais importantes exemplares da arquitetura religiosa da região, com elementos do barroco mineiro; o povoado de Carreiras, que preserva características do período colonial, com traçado urbano e edificações históricas que evidenciam a ocupação inicial do território; e o conjunto paisagístico do Parque Estadual Serra de Ouro Branco, reconhecido por sua relevância ambiental e por seu valor histórico e cultural, associado às rotas do ciclo do ouro e à formação do município.

Além desses, destacam-se antigas fazendas, como a Fazenda Pé do Morro, e edificações urbanas que compõem o núcleo histórico da cidade, incluindo casarões e espaços públicos que mantêm características arquitetônicas tradicionais. Conforme levantamento da Secretaria Municipal de Cultura, esses bens estão protegidos em diferentes esferas, sendo o âmbito federal, estadual e municipal, evidenciando sua importância para a preservação da memória local e regional. Esses espaços constituem marcos físicos da memória coletiva, funcionando como testemunhos das transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas pela população ao longo dos séculos.

Da mesma forma, o patrimônio imaterial desempenha papel relevante na construção da identidade local. Nesse contexto, destacam-se as lendas, as tradições religiosas, as festas populares e as práticas culturais transmitidas oralmente entre as gerações.

A compreensão da história e do patrimônio cultural de Ouro Branco constituiu, portanto, a base para a construção do livro infantil, permitindo que as narrativas selecionadas dialogassem com referências históricas e culturais. Ao reunir elementos do patrimônio material e imaterial em uma narrativa voltada ao público infantil, buscou-se transformar conhecimentos sobre o município em experiências de aprendizagem

capazes de fortalecer a identidade cultural e o sentimento de pertencimento. Definidas as referências que fundamentariam a obra, iniciou-se o processo de elaboração do livro, organizado em diferentes etapas de criação, adaptação, produção e revisão do material, descritas na seção seguinte.

3.2 Etapas de produção do livro

Com base no levantamento bibliográfico e documental realizado, iniciou-se o processo de elaboração do livro infantil “Lendas, Ouro Branco”. Sua produção foi organizada em etapas sucessivas, contemplando desde a definição da proposta narrativa até à finalização editorial do material. Cada etapa foi orientada pelos pressupostos da Educação Museal, da Educação Patrimonial e da literatura infantil, buscando assegurar que o livro atuasse como um instrumento de mediação cultural capaz de comunicar o patrimônio imaterial de Ouro Branco de forma sensível, acessível e significativa para o público infantil. Nesse percurso, foram definidos o título da obra, a seleção das lendas, a construção da narrativa, a elaboração das ilustrações, a diagramação e a revisão do conteúdo, constituindo um processo que articulou pesquisa acadêmica, memória local e criação literária.

O processo de produção do livro infantil, foi estruturado em etapas que envolveram desde a concepção da ideia até à finalização do material. A primeira etapa consistiu na definição do título da obra, que foi estabelecido como “Lendas, Ouro Branco”. A escolha desse título está diretamente relacionada à proposta narrativa do livro, que apresenta uma história em que os avós compartilham lendas da cidade com seus netos durante uma noite de pijama, resgatando a tradição oral como forma de transmissão cultural entre gerações. Essa estratégia dialoga com a compreensão de que as lendas constituem importantes manifestações do patrimônio imaterial, sendo transmitidas, sobretudo, por meio da oralidade (Cascudo, 2000).

A organização e seleção das lendas foram realizadas a partir de um levantamento bibliográfico e documental sobre a história e a cultura do município e foram consideradas produções acadêmicas que abordam o patrimônio cultural e as narrativas locais, como o estudo de Oliveira (2021), que analisa a lenda do Lago Soledade como forma de resgate da história, da memória e da cultura do município, evidenciando o papel das narrativas ficcionais na construção da identidade cultural. Da mesma forma, a pesquisa de Ribeiro (2021) contribuiu ao destacar a importância das lendas como instrumentos pedagógicos para a preservação do patrimônio

imaterial e para o desenvolvimento de práticas educativas no contexto escolar. Também foram consultadas reportagens disponíveis em meios digitais e fontes informais.

As lendas selecionadas para compor o livro foram organizadas a partir de sua relevância cultural e de sua presença na memória coletiva da população. Cada narrativa apresenta elementos que articulam imaginário, história e identidade local, conforme apontam estudos sobre tradição oral e patrimônio imaterial (Coelho, 2000). Sendo as seguintes lendas selecionadas:

- A Lenda do Monge da Serra da Saudade narra a história de um monge que vivia nas montanhas, ajudava os necessitados e realizava celebrações religiosas, sendo posteriormente envolto em mistério após seu desaparecimento. A narrativa destaca elementos de religiosidade e espiritualidade presentes na cultura local, além de reforçar a relação simbólica da população com o Parque Estadual Serra de Ouro Branco. Sua importância para o município está na valorização das crenças e práticas religiosas que marcaram a formação cultural da região, contribuindo para a construção da identidade coletiva.
- A Lenda do Cavaleiro da Rua Santo Antônio descreve a aparição de um cavaleiro misterioso que percorre a rua durante a noite, causando medo e curiosidade entre os moradores. Essa narrativa está associada ao espaço urbano e ao cotidiano da cidade em tempos passados, evidenciando aspectos da vida social e das transformações da iluminação e da organização urbana. Segundo Coelho (2000), as lendas estão sempre ligadas a um espaço geográfico específico, o que reforça sua função de marcar simbolicamente determinados locais da cidade.
- A Lenda dos Escravizados da Fazenda de Carreiras apresenta relatos de sons de correntes e vozes durante a noite, associados ao período da escravidão. Essa narrativa remete diretamente ao passado colonial da região, marcado pela exploração do trabalho escravizado. Sua importância para o município está na preservação da memória histórica e na reflexão sobre esse período, funcionando como um meio de manter viva a lembrança das experiências vividas pelos sujeitos históricos, ainda que por meio de elementos ficcionais.
- A Lenda da Mãe de Ouro retrata uma luz dourada, protegendo a natureza e impedindo a exploração indevida dos recursos naturais. Essa narrativa está

> presente em diversas regiões mineradoras de Minas Gerais e, em Ouro Branco, associa-se à parque Estadual Serra do Ouro Branco e à exploração mineral. Sua relevância está na relação com o ciclo do ouro e na representação simbólica da proteção da natureza, contribuindo para a construção de uma consciência ambiental e histórica no município.
>
> A Lenda do Lago Soledade narra a história de um padre que teria morrido durante a formação do lago e que, segundo relatos, assombra o local. De acordo com Oliveira (2021), essa narrativa, está vinculada a um fato histórico, a construção do lago para abastecimento da usina, atualmente é a empresa siderúrgica Gerdau Açominas, e funciona como uma forma de representação da memória coletiva sobre o processo de urbanização e industrialização da cidade. Assim, a lenda evidencia como o imaginário popular ressignifica acontecimentos históricos, contribuindo para a preservação da memória local.

A adaptação buscou manter a essência das histórias, ao mesmo tempo em que incorporou elementos próprios da literatura infantil, como a construção de cenários, o uso de diálogos e a mediação narrativa, conforme evidenciado na estrutura do livro, no qual os personagens escutam e vivenciam as lendas em um contexto familiar. Esse processo de transposição da oralidade para a escrita literária dialoga com o entendimento de que as lendas constituem narrativas híbridas, situadas entre o real e o imaginário, sendo constantemente recriadas pelas comunidades que as produzem (Cascudo, 2000).

A etapa seguinte consistiu na redação do texto, elaborada em linguagem adequada ao público infantil, buscando conciliar elementos informativos e literários. Conforme Coelho (2000), a literatura infantil deve estimular a imaginação, a curiosidade e o envolvimento do leitor, ao mesmo tempo em que contribui para a formação do sujeito. Nesse sentido, as lendas foram adaptadas de modo a preservar seus significados culturais e simbólicos, sendo apresentadas em uma narrativa envolvente, acessível e alinhada ao universo das crianças.

Com o objetivo de aprimorar a construção narrativa, o texto foi submetido à análise e à revisão da Professora Doutora em Estudos Linguísticos Denise Giarola Maia, cujas contribuições foram fundamentais para o aperfeiçoamento do material. Entre as sugestões incorporadas, destaca-se o uso de recursos expressivos, como as onomatopeias, figuras de linguagem que reproduzem sons e ruídos, conferindo maior dinamismo à narrativa e favorecendo a interação entre texto e imagem. Ao ampliar a

expressividade da linguagem, esses recursos também orientaram a concepção das ilustrações, possibilitando que elementos sonoros, movimentos e emoções fossem representados visualmente. Dessa forma, texto e imagem passaram a constituir uma unidade narrativa, na qual a leitura verbal e a leitura visual se complementam, enriquecendo a experiência do leitor infantil.

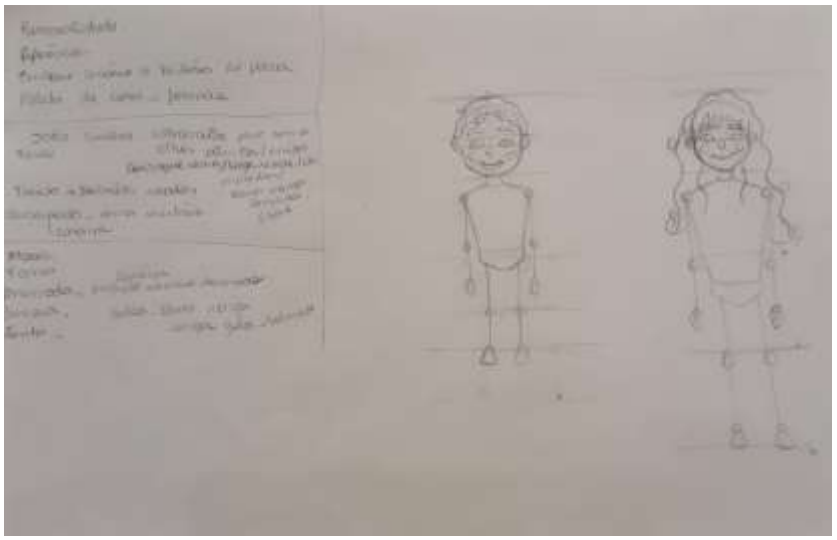
Nessa perspectiva, as ilustrações não desempenham apenas uma função decorativa, mas constituem parte essencial da construção de sentidos da obra. Na literatura infantil, texto e imagem estabelecem uma relação de complementaridade, em que as representações visuais ampliam, aprofundam e, por vezes, acrescentam informações que não estão explicitadas na narrativa escrita.

Conforme afirma Lima (2008, p. 76), as imagens possibilitam "reconstruir o passado, refletir o presente, imaginar o futuro ou criar situações impossíveis no mundo real", ampliando as possibilidades de interpretação e de envolvimento do leitor. Assim, a linguagem visual contribui para despertar a imaginação, favorecer a compreensão da narrativa e fortalecer a mediação entre a criança e o patrimônio cultural representado no livro.

Considerando essa relação entre linguagem verbal e visual, optou-se por convidar novamente a ilustradora Alicia Cristina Silva, atualmente bacharelanda em artes visuais, responsável pelas ilustrações do livro “Aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais”, produto educacional desenvolvido pela pesquisadora em 2021, no âmbito da pesquisa Educação Patrimonial e a Literatura Infantil: elaboração do livro infantil “As Aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais”. A continuidade dessa parceria possibilitou preservar a identidade visual, favorecendo o reconhecimento dos personagens pelo público infantil e conferindo unidade estética às duas obras.

As ilustrações foram produzidas manualmente em papel A4, com gramatura de 200 g/m², utilizando tinta guache, lápis de cor e caneta nanquim. Após a finalização dos desenhos, as imagens foram digitalizadas por meio de escaneamento em alta resolução e convertidas para o formato PDF, possibilitando sua posterior edição e inserção no processo de diagramação do livro. O croqui elaborado pela ilustradora, apresentado na Figura 1, reúne informações sobre os personagens, como nome, idade, características físicas e as cores adotadas em suas roupas, servindo como referência para assegurar a uniformidade visual ao longo de toda a narrativa.

Figura 1: Croqui dos personagens



Fonte: Alicia Silva, 2026.

A Figura 2 apresenta a personagem Maria, evidenciando suas características visuais, bem como as diferentes expressões faciais e corporais desenvolvidas para representar as emoções, ações e situações vivenciadas ao longo da narrativa. Essas variações foram elaboradas de acordo com as cenas descritas em cada página do livro, contribuindo para a expressividade da personagem e para a compreensão da história pelo público infantil.

Figura 2: Maria



Fonte: Alicia Silva, 2026.

A Figura 3 apresenta o estudo do personagem João, evidenciando sua caracterização visual e o conjunto de expressões faciais e corporais desenvolvidas

para representar as diferentes emoções, ações e situações vivenciadas ao longo da narrativa. Essas expressões foram elaboradas em consonância com os acontecimentos descritos em cada página do livro, contribuindo para a coerência entre o texto e as ilustrações e favorecendo a compreensão da história pelo público infantil.

Figura 3: João

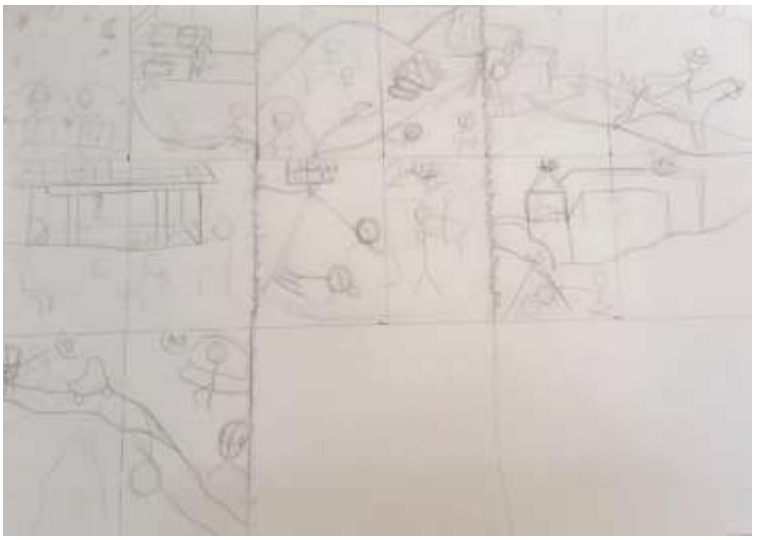


Fonte: Alicia Silva, 2026.

Após a definição dos personagens, suas atualizações e de suas características visuais, foi elaborado o *storyboard*[1] da narrativa, apresentado na Figura 4. Esse recurso consistiu no planejamento prévio da sequência das páginas, permitindo visualizar a organização da história e a distribuição dos elementos ilustrativos ao longo da obra. O *storyboard* desempenhou um papel fundamental no processo de criação, pois possibilitou antecipar a composição visual de cada página, estabelecer a relação entre texto e imagem e orientar o desenvolvimento das ilustrações, garantindo maior coerência narrativa, equilíbrio gráfico e continuidade estética em todo o livro.

[1] Ferramenta de pré-visualização que consiste em uma sequência de ilustrações ou painéis organizados em ordem cronológica. Funciona como um roteiro desenhado, detalhando cenas, enquadramentos e ângulos.

Figura 4: Storyboard



Fonte: Alicia Silva, 2026.

Concluída a etapa de planejamento visual, iniciou-se o desenvolvimento das ilustrações que compõem a obra. Cada página foi produzida considerando a integração entre a narrativa textual e a linguagem visual, buscando representar, de forma coerente, os cenários, os personagens, as emoções e os acontecimentos descritos ao longo da história. A composição das imagens foi cuidadosamente planejada para dialogar com o texto, favorecendo a compreensão da narrativa e estimulando a imaginação do leitor, conforme os pressupostos da literatura infantil.

A Figura 5 apresenta a ilustração finalizada da primeira página do livro, antes da inserção do texto escrito. Nela, observa-se a composição visual elaborada para introduzir a narrativa, evidenciando os personagens, o cenário e os elementos gráficos que contextualizam o início da história. A apresentação da ilustração sem a diagramação textual permite visualizar o trabalho artístico desenvolvido pela ilustradora e a construção da identidade visual da obra, que posteriormente foi integrada ao texto durante a etapa de diagramação.

Figura 5: ilustração finalizada



Fonte: Alicia Silva*, 2026*

As páginas destinadas à narração das lendas foram organizadas em pares, com o propósito de conferir maior continuidade e fluidez à narrativa, favorecendo uma leitura sequencial e a imersão do leitor no universo das histórias. Essa organização permite que texto e imagem se desenvolvam de forma integrada, acompanhando o ritmo da narrativa e ampliando a experiência estética e interpretativa da criança. As Figuras 6 e 7 exemplificam essa proposta ao apresentarem a sequência ilustrativa da lenda do Cavaleiro da rua Santo Antônio, evidenciando a continuidade visual entre as páginas e a articulação entre os diferentes momentos da narrativa.

Figura 6: ilustração pág. 5



Fonte: Alicia Silva, 2026

Figura 7: ilustração pág. 6



Fonte: Alicia Silva, 2026

Concluída a etapa de produção das ilustrações em suporte de papel, os desenhos foram digitalizados em alta resolução e encaminhados, juntamente com o roteiro da obra, a Hestefane Cardoso da Silva, responsável pelo processo de diagramação. Nessa etapa, realizou-se a organização dos elementos textuais e visuais nas páginas do livro, buscando garantir o equilíbrio entre imagem e texto, a legibilidade e a harmonia da composição gráfica. Além da diagramação, foram executados os procedimentos técnicos necessários para a preparação do arquivo final.

Durante o processo de diagramação, foram realizados diversos testes com a disposição dos balões de fala, buscando definir o posicionamento mais adequado para cada diálogo, bem como selecionar as fontes tipográficas, os tamanhos e as cores que melhor se harmonizassem com a narrativa e com as ilustrações. Essa etapa teve como objetivo assegurar a legibilidade do texto, o equilíbrio visual das páginas e a integração entre os elementos gráficos e narrativos, proporcionando uma experiência de leitura mais agradável e intuitiva ao público infantil. A Figura 8 e 9 apresenta um dos estudos realizados durante essa fase, evidenciando os testes de posicionamento dos balões de fala e das escolhas tipográficas antes da composição final das páginas da obra.

Figura 8: teste I



Fonte: Hestefane Cardoso da Silva, 2026

Após a conclusão da diagramação inicial, o livro foi exportado em formato PDF convencional, no qual as páginas são apresentadas individualmente, sem reproduzir a visualização em páginas duplas. Dessa forma, a disposição das ilustrações, concebidas para dialogar entre si em páginas lado a lado, não pôde ser plenamente contemplada nessa primeira versão. Essa limitação decorreu, principalmente, do tempo disponível para o desenvolvimento das diferentes etapas do produto educacional, bem como da necessidade de conciliar a disponibilidade dos profissionais envolvidos em sua elaboração.

Considerando que a produção de um livro constitui um processo colaborativo, que envolve diferentes competências e etapas interdependentes como a escrita, a revisão textual, a ilustração, a diagramação e o registro da obra, optou-se por concluir, nesta etapa da pesquisa, uma versão diagramada em formato convencional. Assim, o aperfeiçoamento do projeto gráfico, com a organização das páginas em formato contínuo com a fluidez da ilustração, será realizado posteriormente, visando preservar a proposta estética originalmente concebida para a obra.

A Figura 10 apresenta uma primeira tentativa de organização da diagramação, evidenciando a proposta de conferir maior fluidez visual à narrativa por meio da integração entre as páginas.

Figura 10: diagramação



Fonte: Fonte: Hestefane Cardoso da Silva, 2026

Para término desta pesquisa, optou-se por manter a primeira versão da diagramação do livro, considerada suficiente para a apresentação e entender a construção do produto educacional proposto. Essa versão foi organizada em formato PDF convencional, contemplando a sequência narrativa e os elementos gráficos essenciais da obra. Entretanto, reconhece-se que o projeto gráfico ainda poderá ser aperfeiçoado em uma etapa posterior, com a adoção de uma diagramação em páginas espelhadas (duplas) na versão digital, mais adequada à proposta visual concebida para as ilustrações e para a fluidez da leitura. Além de aprimorar a experiência do leitor, essa nova versão possibilitará a disponibilização gratuita do livro em formato digital e sua eventual submissão a editais de incentivo à cultura, possibilitando seu alcance de forma física.

Concluída a etapa de diagramação, foi realizada uma revisão final da obra, contemplando aspectos textuais e gráficos. Nessa fase, verificou-se a organização das páginas, a qualidade das ilustrações, a legibilidade dos textos, e a coerência entre os elementos visuais e narrativos. Esse processo permitiu identificar pequenos ajustes necessários antes da finalização do material.

Após as revisões, obteve-se a primeira versão final do livro infantil “Lendas, Ouro Branco” composta por uma narrativa que articula literatura infantil, memória oral e patrimônio cultural imaterial do município. A obra apresenta personagens infantis que, durante uma noite do pijama na casa dos avós, conhecem diferentes lendas da cidade, estabelecendo um diálogo entre as experiências familiares e os saberes tradicionais transmitidos pela oralidade.

A estrutura do livro foi planejada para favorecer a mediação entre o leitor e o patrimônio cultural local. A narrativa, associada às ilustrações e aos diálogos, busca despertar a curiosidade das crianças, estimular a imaginação e promover o reconhecimento das lendas como importantes referências da memória coletiva e da identidade cultural de Ouro Branco.

Considerando a proposta educativa, o livro pode ser utilizado em diferentes contextos como em projetos de educação patrimonial e museal, em atividades de leitura, contação de histórias e ações voltadas à valorização da cultura local. Ao transformar as lendas do município em narrativa literária destinada ao público infantil, o livro configura-se como um instrumento de comunicação, capaz de favorecer processos de preservação, valorização e apropriação da memória e da identidade cultural de Ouro Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro infantil “Lendas, Ouro Branco” constitui-se como um instrumento de educação patrimonial e museal ao possibilitar a mediação entre as crianças e o patrimônio cultural do município, a obra amplia as possibilidades de acesso ao patrimônio ao reconhecer as lendas e as memórias da comunidade como referências culturais passíveis de valorização, interpretação e salvaguarda. Nessa perspectiva, o livro assume uma função museológica ao promover a aproximação dos sujeitos com seu patrimônio, favorecendo processos de identificação, pertencimento e construção de significados, em consonância com os princípios da museologia social.

Além disso, a obra contribui para a preservação da memória oral ao registrar e difundir narrativas tradicionalmente transmitidas pela oralidade. Ao transpor essas histórias para a literatura infantil, o livro não pretende cristalizar as lendas, mas fortalecer sua continuidade por meio de uma nova forma de circulação e mediação cultural. Dessa maneira, o registro escrito amplia as possibilidades de transmissão intergeracional desses saberes, colaborando para a valorização das narrativas locais e para o reconhecimento da memória coletiva como patrimônio cultural imaterial.

Evidencia-se o potencial do livro como recurso para a educação patrimonial no contexto escolar. Ao articular literatura infantil, memória oral e patrimônio cultural, a obra oferece aos professores um material pedagógico capaz de promover experiências educativas contextualizadas, aproximando os estudantes das referências culturais de seu próprio território. Assim, o livro favorece o desenvolvimento de uma consciência patrimonial desde a infância, estimulando o reconhecimento da diversidade cultural, o fortalecimento das identidades locais e a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a preservação e a valorização do patrimônio cultural.

Em síntese, esta pesquisa evidenciou que a articulação entre museologia social, memória oral, patrimônio cultural, educação museal, educação patrimonial e literatura infantil amplia as possibilidades de democratização do acesso às referências culturais e fortalece os processos de preservação, valorização e transmissão dos saberes locais. Ao reconhecer as lendas como expressões do patrimônio cultural imaterial e ao utilizar o livro infantil como dispositivo de mediação, o estudo reafirma que a salvaguarda do patrimônio não se restringe à conservação dos bens culturais, mas envolve, sobretudo, a construção de vínculos entre os sujeitos, suas memórias, seus territórios e suas identidades. Nesse sentido, espera-se que o produto

educacional desenvolvido contribua para estimular práticas educativas comprometidas com a valorização da cultura local, favorecendo a formação de crianças capazes de reconhecer, preservar e ressignificar o patrimônio cultural como parte integrante de sua história, de sua comunidade e de sua cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIER, Marilena Loss. **A criança e a recepção da literatura infantil contemporânea: uma leitura de Ziraldo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) -Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2004

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/bourdieu-pierre-a-economia-das-trocas-simbc3b3licas.pdf. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9. ed. rev., atual. e il. São Paulo: Global, 2000.

CHAGAS, Mário. Museu, memória, criatividade e mudança social. In: CONFERÊNCIA GERAL DO ICOM, 2008. **Museu, memória, criatividade e mudança social**. Disponível em: https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/4museumemoriacriatividade.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

CHAGAS, Mario de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 9-22, dez. 2014. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592. Acesso em: 9 jul. 2026.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 1991. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/472037515/Coelho-Nelly-Novaes-Literatura-Infantil-teoria-analise-e-didatica-pdf#google_vignette. Acesso em: 15 nov. 2026.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COSTA, Andréa Fernandes; CHIOVATTO, Milene; CASTRO, Fernanda de Almeida; SOARES, Ozias de Jesus. Educação museal. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em: https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2656/caderno_da_politica_nacional_de_educacao_museal.pdf?utm_source.com. Acesso em: 3 mai. 2026.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 98 p. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2022/02/Conceitos-Chave_POR_BR.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

FELIX, Elizabeti. **Ouro Branco dos ciclos**. Belo Horizonte: Ler para Escrever, 2017.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana Ribeiro; RAMASSOTE, Rodrigo Martins. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em:

https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/bitstreams/f3d0d217-342a-4a24-b9fa-d8e838b29ea3/download. Acesso em: 3 fev. 2026.
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, set./dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Rb7HCMSwdfR5rZYbcWnHwWc/. Acesso em: 28 jun. 2026
GLUZINSKI, Wojciech. Basic paper. In: SOFKA, Vinos (ed.). **Methodology of museology and professional training**. Stockholm: ICOFOM, 1983. p. 24-35. (ICOFOM Study Series, n. 1). Disponível em: https://vana.muuseum.ee/et/erialane_areng/museoloogiaalane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_towar/mensch07.html?utm_source. Acesso em: 23 mar. 2026.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33. Disponível em: patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026
GOUVEIA, Inês. Museologia social. In: **Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2026. Disponível em:https://wikifavelas.com.br/index.php/Museologia_Socia. Acesso em: 25 jun. 2026.
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural imaterial**: **para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2025. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2026.
LAUB, Dori. Dar testemunho ou as vicissitudes da escuta. In: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori (org.). **Testemunho: crises do testemunho na literatura, na psicanálise e na história**. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 57-74.
LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
LIMA, Graça. Lendo imagens. In: INSTITUTO C&A; FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **Nos caminhos da literatura**. São Paulo: Peirópolis, 2008. p. 36-45.
LOPES FILHO, Cláudio Sudário. **História e memória: dois olhares sobre o passado de Ouro Branco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Vale do Rio Verde, 2006. Disponível em: https://www.unincor.br/images/imagens/2017/mestrado_letras/historia_memoria.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.
LÓSSIO, Rúbia. Lendas: processo de folkcomunicação. In: **Dicionário de Teoria Folclórica**. Guatemala: Editorial Universitária, Universidade de São Carlos de Guatemala, 2002. Disponível em: https://silo.tips/queue/lendas-processo-de-folkcomunicaao?&queue_id=-1&v=1788200791&u=MjgwNDoxODdjOjg0OGQ6ZDEwMDo3ODk5OmMwMjg6ODFhMTo0OTI. Acesso em 12 fev. 2026.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300164/mod_resource/content/1/MC2019%20Marconi%20Lakatos-met%20cient.pdf. Acesso: 20 ago 2026.
MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

MATTOS, Yara; MATTOS, Ione. **Abracaldabra: uma aventura afetivo-cognitiva na relação museu-educação**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2010. Disponível em: Abracaldabra: uma aventura afeto-cognitiva na relação museu-educação. Acesso em: 13 jul. 2026.
MENSCH, Peter van. O objeto de museu como um documento. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, n. 2, p. 11-12, 1994. Publicado originalmente pelo Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM).
MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA (MINOM). **Declaração de Córdoba**. XVIII Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Córdoba, Argentina, 9-14 out. 2017.
MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 5-6, 1993. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467. Acesso em: 11 mar. 2026.
OLIVEIRA, Paloma Cristina Gonzaga de. **Estudo de uma lenda sobre o Lago Soledade em Ouro Branco: resgatando a história, a memória e a cultura do município por meio dessa narrativa ficcional**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Ouro Branco, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jmoUNNzet6Ll23X0nMbu5B3ulX6tvRfX/view. Acesso em: 20 out. 2025.
PAZ, Olegário; MONIZ, António. **Dicionário breve de termos literários**. Lisboa: Editorial Presença, 2004. Disponível em: https://ifrs.pergamum.com.br/acervo/37882. Acesso em: 6 mar. 2026.
REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1998. Disponível em: dicionariodeteoriadanarrativa.pdf. Acesso: 16. fev. 2026.
RIBEIRO, Flávia Vecchi Ferreira. **Preservação do patrimônio imaterial de Ouro Branco – MG: uma proposta de atividade de ensino sobre lendas da cidade**. 2021. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Ouro Branco, 2021.
RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/download/5636/4110/18522. Acesso em 12 dez. 2025.
RÚSSIO, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 123-130. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/cat-WALDISA-volume-1-pags-simples.pdf. Acesso em: 5 ma. 2026.
TOLENTINO, Átila Bezerra; CASTRO, Fernanda. Encruzilhadas entre a educação patrimonial e museal: histórico, interfaces e conexões. In: MAGALHÃES, Fernando; ALMEIDA, Ana Cristina; BAIÃO, Joana (orgs.). **Museologia e património**. Leiria: Politécnico de Leiria, 2020. v. 3, p. 228-264. Disponível em: https://www.ipleiria.pt/esecs/wpcontent/uploads/sites/15/2020/11/Livro_Volume3_Museologia_Patrimonio.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 2 abr. 2026.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

ANEXOS

Livro “Aventuras em Ouro Branco” e livro “Lendas Ouro Branco”



AVENTURAS EM OURO BRANCO

MINAS GERAIS

RAFAELA RIBEIRO

Ilustrações
ALICIA SILVA

R484a Ribeiro, Rafaela.

Aventuras em Ouro Branco: Minas Gerais / Rafaela Ribeiro; ilustrações de Alicia Silva. – Ouro Branco: [s.n.], 2023.
22 p.: il. color.

E-book, no formato PDF.
ISBN 978-65-00-85955-3

1. Educação patrimonial. 2. Literatura infantil. 3. Ouro Branco (MG). I. Silva, Alicia. II. Título.
CDU 82-93

Catalogação: Rosângela Marques de Souza - CRB-6/2126

Este livro é dedicado a todos aqueles que vivem ou viveram suas infâncias na cidade de Ouro Branco - MG.

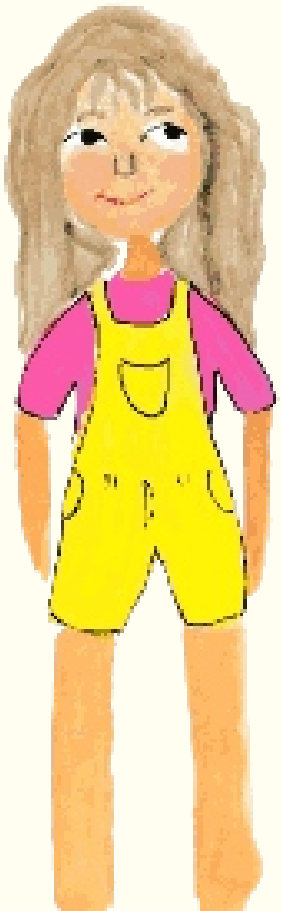
As autoras

Maria e João são primos. Eles sempre passam férias escolares na casa dos avós, na cidade de Ouro Branco.

A casa dos avós fica na região rural de Olaria. Eles adoram brincar no quintal e correr atrás das galinhas.



Maria é uma menina animada, muito curiosa e atenta a tudo.



Já João é tímido, desconfiado e ama um mistério.



Na casa dos avós, eles vasculham cada centímetro dos quartos e encontram coisas inusitadas.



Maria encontrou o baú de lembranças dos avós com fotos antigas e cartas.



Ao chegar no centro, João tentou reconhecer alguns lugares nas fotos.







Não sei, Maria.

E esta praça aqui, João. Onde ela fica?



Eles estavam perto da Biblioteca Municipal "Jornalista Virgílio Carlos". Então, os dois tiveram a ideia de mostrar as fotos e perguntar sobre a história da cidade para a bibliotecária.

Lá as crianças receberam um mapa dos locais históricos do centro da cidade...



e começaram a investigar
esses lugares.



O primeiro local da parada foi a Praça Santa Cruz. João e Maria olharam as fotos antigas e compararam a paisagem ao redor.

O que havia mudado?
O que continuava igual?



Os dois olhavam cuidadosamente todos os detalhes daquela praça, que foi o ponto de início da construção da cidade ao redor.

João e Maria investigaram a Antiga Casa Paroquial e a Igreja Matriz de Santo Antônio de Ouro Branco.



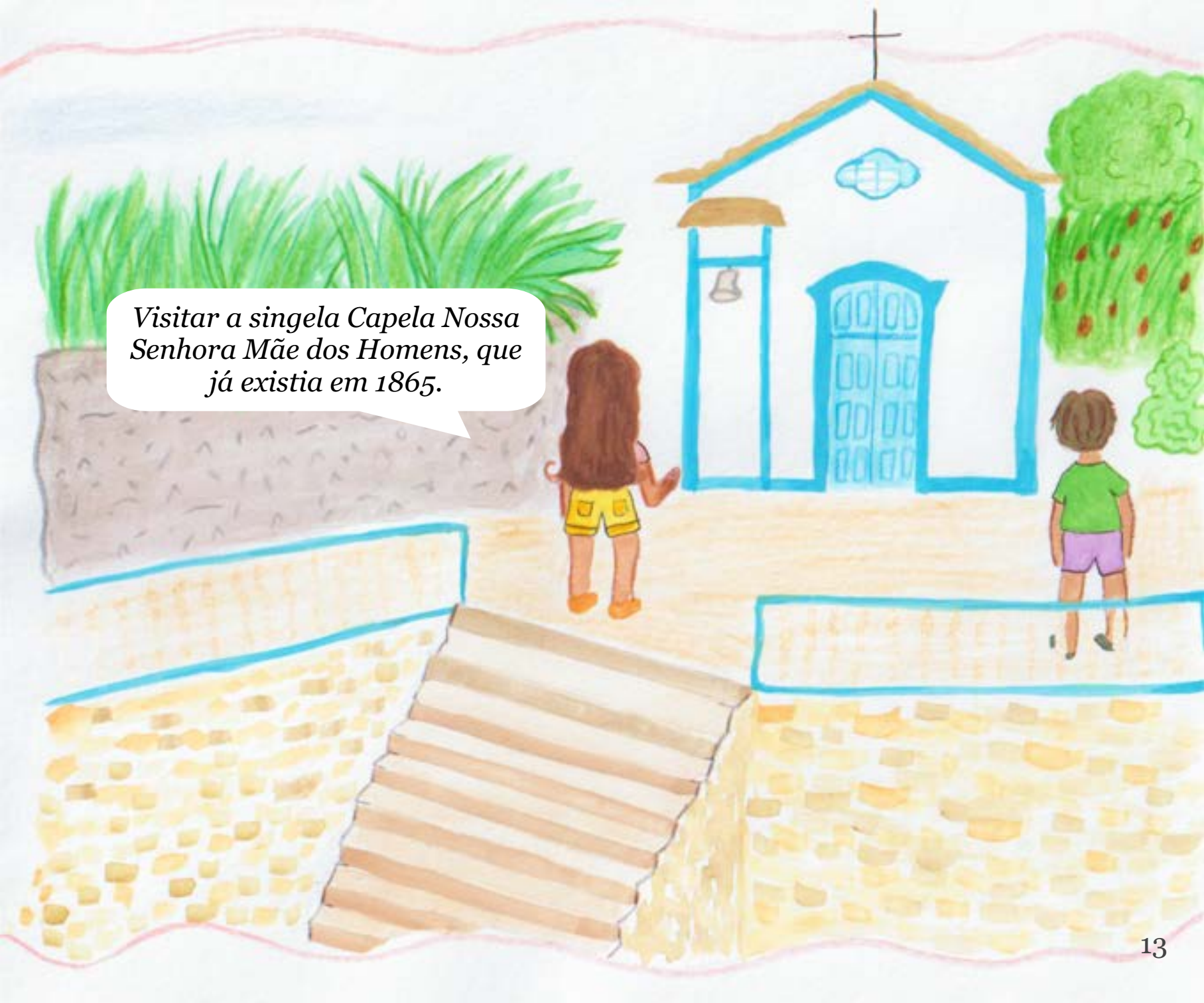


Esta é uma das mais antigas igrejas mineiras. Foi construída no período entre 1717 e 1779. Ao seu fundo, há a linda vista da Serra de Ouro Branco.

De volta à casa dos avós, João e Maria se imaginaram no antigo vilarejo...



Dona Rosa e Seu Jorge contaram sobre as lembranças de infância.


Visitar a singela Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens, que já existia em 1865.

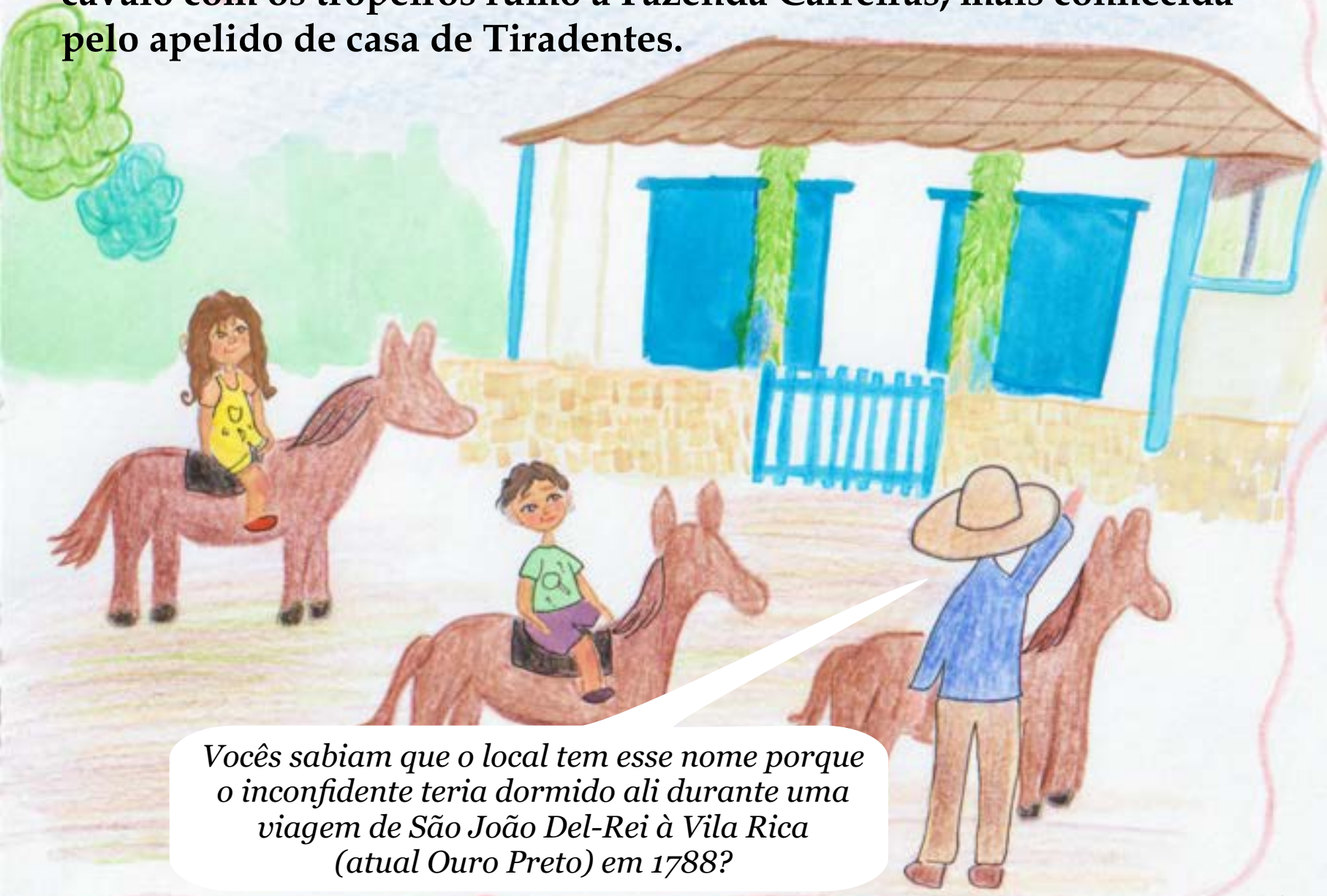

Acompanhar as celebrações na Igreja Matriz de Santo Antônio.

Seus avós contavam sobre os festejos de Natal. Os grupos visitavam as casas tocando músicas alegres para comemorar o nascimento de Jesus.



Assistir, das janelas das casas, a Folia de Reis.

João e Maria chegaram até a fantasiar que estavam andando a cavalo com os tropeiros rumo à Fazenda Carreiras, mais conhecida pelo apelido de casa de Tiradentes.



Quando as crianças já se aproximavam da fazenda, podiam sentir o cheirinho da comida nas panelas da famosa cerâmica Saramenha. Até que tudo foi interrompido pelo grito da avó.



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Acervo: Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG)/
Crédito: Tripé Estúdio Criativo

Antiga Casa Paroquial - De acordo com a inscrição em pedra sobre sua porta principal, sua fundação é datada em 1759. A propriedade possui paredes sobre alicerces e porões em pedra, com revestimento em reboco de barro e caiação, sendo as vedações internas a pau-a-pique. No local, funciona, atualmente, a Gerência de Cultura e Patrimônio Histórico de segunda a sexta-feira, de 8 às 17 horas.

Biblioteca Municipal Jornalista Virgílio Carlos – Não há provas exatas de quando essa casa teria sido erguida. Devido a sua arquitetura, estima-se que foi construída no século XVIII e reformada no século XIX. Era originalmente de pau-a-pique e possui vãos altos e alicerce de pedra. Desde sua construção, abrigou várias famílias. O local é considerado Patrimônio Histórico Municipal desde 2010. Atualmente, recebe a Biblioteca Jornalista Virgílio Carlos com atendimento de segunda a sexta-feira, de 8 às 17 horas.



Arquivo: Gisele Medina Costa (2023)



Acervo: Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG)

Cerâmica Saramenha – Foi registrada como patrimônio imaterial pela Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG) como reconhecimento pela sua importância cultural para a cidade. As cerâmicas podem ficar com cores diferenciadas, dependendo da cor da argila e da forma em que é finalizada (rústica ou vitrificada). O ceramista Leonardo Ricart dos Santos é o único mestre vivo em Ouro Branco que mantém ofício da Cerâmica Saramenha tradicional. Contato: Atelier Cerâmica Saramenha – Leonardo Ricart dos Santos.

Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens - É uma construção simples cujo nome é uma referência à Maria, mãe de Jesus Cristo. Há registros de sua existência já em 1865 e seu conjunto arquitetônico foi tombado pelo município em 1997. Seu interior apresenta poucos detalhes, mas é um local de grande valor histórico e religioso para os moradores. Costuma ser aberta em dias santos e é ponto de passagem de procissões católicas.



Acervo: Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG)



Acervo: Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG)/
Crédito: Tripé Estúdio Criativo

Fazenda Carreiras - Construída, provavelmente, na segunda metade do século XVIII, às margens do Caminho Novo da Estrada Real, onde havia grande circulação de pessoas e bens durante o período conhecido como ciclo do Ouro. Há duas versões sobre a história da casa principal, construída sobre um embasamento de pedras. Teria sido um ponto de parada e local de abastecimento. Tiradentes teria se hospedado lá antes de sua prisão e, por isso, a fazenda recebe também o nome de "Casa Velha de Tiradentes". Na outra versão, o local seria um posto de arrecadação de impostos. Aberta para visitas de segunda a sexta-feira, de 10 às 17 horas.

Folia de Reis - As folias reúnem diversas práticas culturais, saberes, formas de expressão, ritos e celebrações, representando uma parte importante do patrimônio cultural brasileiro. A Associação de Folia de Reis e Pastorinhas de Ouro Branco é presidida pelo Sr. José da Silva e fica localizada no bairro Luzia Augusta. Por meio da Lei 2.037/14, o encontro de Folia de Reis, São Sebastião e Pastorinhas foi incluído no calendário cultural oficial do município de Ouro Branco (MG), sendo realizada, anualmente, no mês de dezembro.



Acervo: IFMG Campus Ouro Branco (2016)



Acervo: Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG)/
Crédito: Tripé Estúdio Criativo

Igreja Matriz Santo Antônio - A matriz é uma das maiores riquezas históricas do município. Foi construída principalmente em pedra a partir do início do século XVIII e finalizada em 1779. No interior, podem ser notados dois estilos artísticos. Os altares revestidos em ouro fazem parte do barroco mineiro e a pintura do teto, em estilo rococó, foi feita pelo aclamado mestre Ataíde (1762-1830) no início do século XIX. Estão representados Santo Antônio, a Virgem Maria e o Menino Jesus. Por sua importância, foi considerada patrimônio histórico nacional, sendo tombada em 1949.

Serra de Ouro Branco – A serra foi um ponto de referência para os viajantes que vinham, por meio da Estrada Real, em busca de ouro. Foi retratada, por exemplo, em uma pintura do alemão Rugendas de 1827. Nos mapas dos séculos XVIII e XIX, era chamada, com frequência, como serra do Deus-Te-Livre. O seu tombamento, em 1977, ocorreu em um contexto de instalação da siderúrgica Açominas e de rápido crescimento urbano e populacional. É considerada patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico do estado de Minas Gerais.



AcerVo: Prefeitura Municipal de Ouro Branco (MG)

Confira as fotos históricas utilizadas neste livro:

Praça Santa Cruz e Igreja Matriz (1972)



Acervo: José Eustáquio Junqueira Campos

Antiga Casa Paroquial e Igreja Matriz (1973)

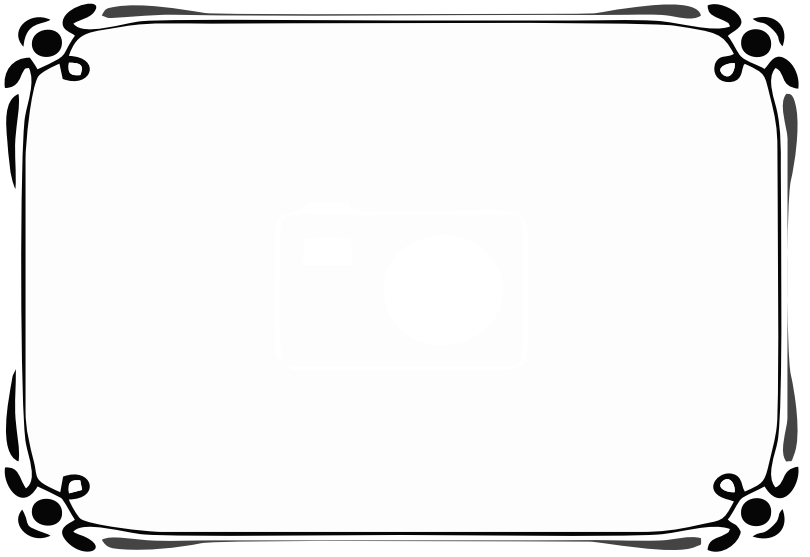


Acervo: José Eustáquio Junqueira Campos

Se quiser saber mais sobre a História de Ouro Branco, acesse www.historias.ourobranco.ifmg.edu.br .

Agora você é o autor!

Registre também suas memórias de Ouro Branco.



Este livro foi elaborado durante o Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus Ouro Branco, sob orientação do professor Rodolpho Cardoso dos Santos e coorientação da professora Denise Giarola.



Rafaela Ribeiro é o meu nome. Nasci e fui criada em Ouro Branco (MG). Durante a graduação em Pedagogia (Licenciatura) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), despertei um encanto em conhecer a história do lugar em que vivo. Fui me aventurar nos lugares de memória e esse livro é uma maneira de compartilhar a história do município e aguçar a curiosidade das crianças em investigar nosso passado.

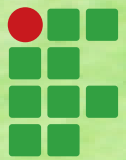
Alicia Silva nasceu em Ouro Branco (MG). Graduada em Pedagogia (Licenciatura) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Ainda pequena, os desenhos que sua mãe lhe dava para colorir despertaram um brilho no olhar para a ilustração e a pintura, e, desde então, não parou de desenhar. Em 2006, ganhou o concurso de desenho da SIPAT oferecido pela Gerdau Açominas. Para ilustrar o livro, usou tinta guachê, lápis de cor e caneta nanquim, procurando exaltar da melhor forma a beleza dos patrimônios da cidade.



Diagramação: Ian Pizani
Finalização: Maycon Vinicius Costa Silva
Diagramação e revisão final: Lorena David

Agradecimento: Prefeitura Municipal de Ouro Branco

APOIO



INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais

Campus
Ouro Branco


LENDAS
OURO BRANCO

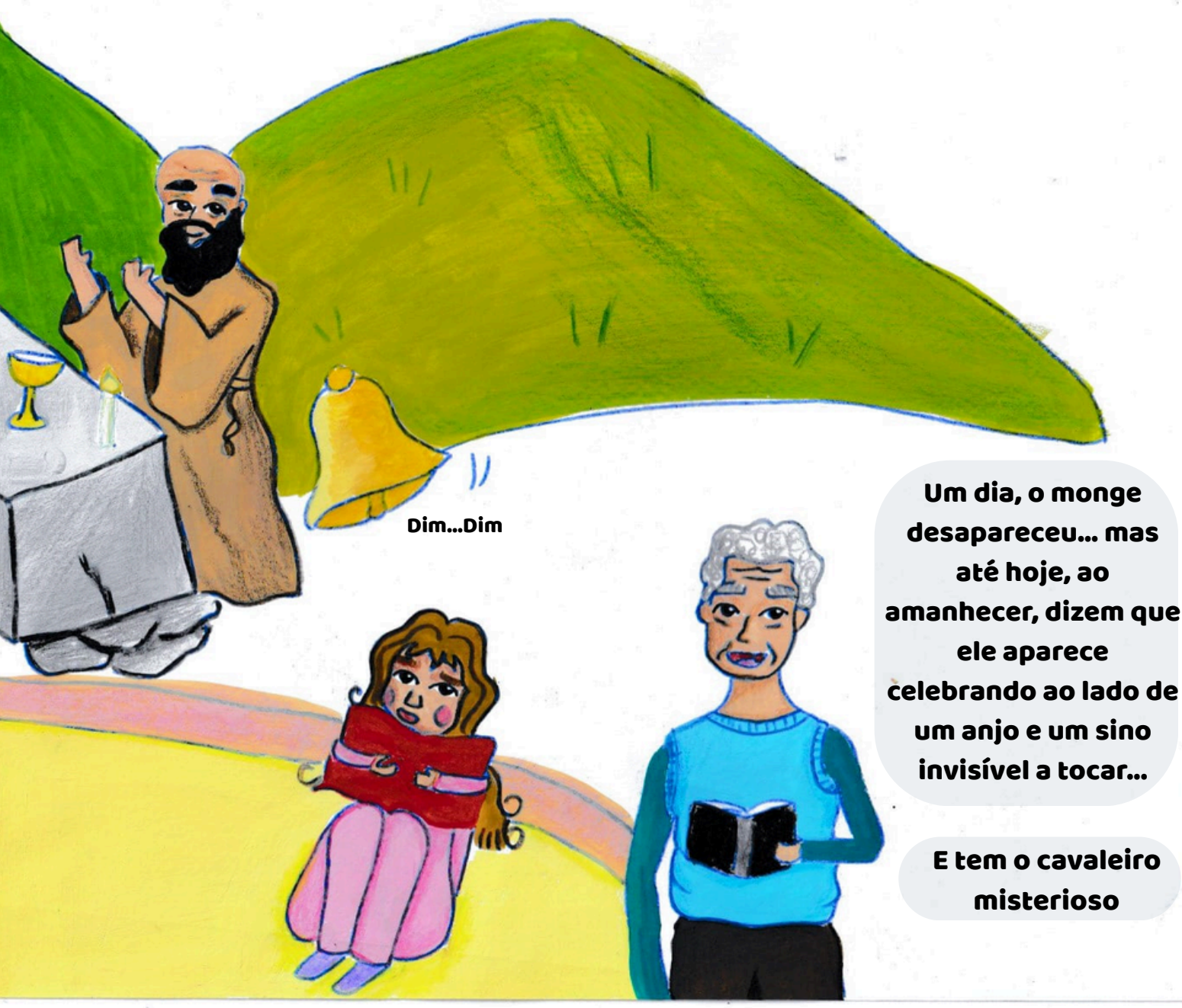
Era uma noite fresca no Distrito de Olaria, em Ouro Branco.
Maria e João chegaram correndo, com suas mochilas.



Depois do lanche , os dois se sentaram perto do fogão a lenha




Primeiro, vou contar a história de um velho monge que vivia nas montanhas....
Ele ajudava os pobres, repartia tudo o que tinha e celebrava missas num altar feito de flores sobre uma laje de pedra.
E o que aconteceu com ele?


Dim...Dim
Um dia, o monge desapareceu... mas até hoje, ao amanhecer, dizem que ele aparece celebrando ao lado de um anjo e um sino invisível a tocar...
E tem o cavaleiro misterioso



Antigamente, a Rua Santo Antônio era escura, sem luz nenhuma. Todas as sextas-feiras, um cavaleiro com capa e chapéu passava tão rápido que as ferraduras soltavam faíscas!


Ficavam todos olhando pelas frestas das portas...

O clima ficou mais silencioso



Vovô disse que na antiga Fazenda de Carreiras, existia uma senzala. À noite, alguns moradores diziam ouvir correntes e vozes...



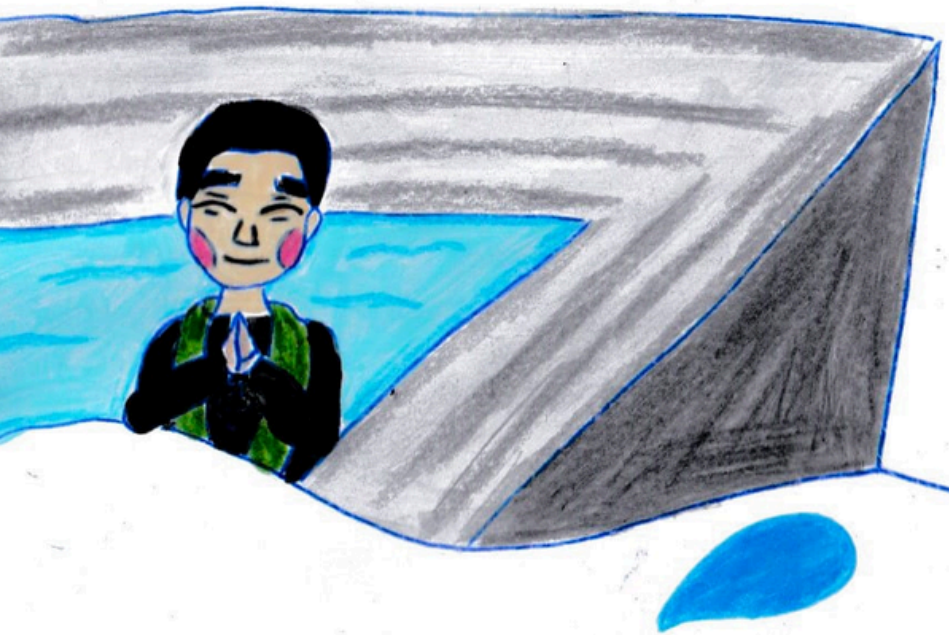

Quando começaram a reformar o lugar, alguns vigilantes ouviam sons metálicos, passos, correntes..
Histórias são histórias, meus netos. Mas fazem parte da memória do nosso povo.

Vovô contou uma que gosta muito!
Ele contou que a Mãe de Ouro protege a natureza e aparece como uma grande bola de fogo brilhante, vagando pela Serra de Ouro Branco.



Maria imaginou uma linda luz dourada dançando pela serra.


Ela guarda a serra das pessoas que querem destruir a natureza. Dizem que nenhuma autoridade conseguiu chegar perto dela.



Agora vou contar a última lenda... e talvez a mais misteriosa de todas.

Há muitos anos, quando construíram o lago para abastecer a usina, havia ali um seminário e uma pequena igreja. Um padre que morava lá se recusou a sair, dizem que ficou dentro da igreja até a água cobrir tudo...



E quem trabalhou na usina conta que, depois da meia-noite, o padre passeia por lá procurando sua igreja perdida...

Os primos se encolheram juntos, não de medo, mas de emoção.

Era uma história triste e encantadora.

O fogão de lenha se apagou devagar, e os dois adormeceram, sonhando com monges, cavalos, luzes douradas e um lago silencioso sob a lua.



Agora você é o autor!

Registre também suas memórias de Ouro Branco.





Meu nome é Rafaela e nasci e fui criada em Ouro Branco, Minas Gerais. Sou licenciada em Pedagogia e estou concluindo o Bacharelado em Museologia. A partir da curiosidade em descobrir o que as lendas contam sobre Ouro Branco que nasceu este livro. Meu desejo é que cada leitor possa conhecer, imaginar e valorizar as histórias que fazem parte da identidade do nosso município, percebendo que a cultura e a memória também são tesouros que merecem ser preservados e compartilhados.

Meu nome é Alicia, nasci e fui criada em Ouro Branco, Minas Gerais. Sou Licenciada em Pedagogia e estou cursando o bacharelado em Artes visuais. Sou fundadora do Ateliê Aulove, um espaço criado com a missão de espalhar arte por nossa cidade, promovendo a criatividade, a expressão artística e o acesso à cultura. Acredito que a arte tem o poder de despertar sensibilidades e fortalecer vínculos.



Diagramação: Hestefane Cardoso da Silva